Para : anexar juntamente com o relatório para dc com C

11/12/202

Entrada na Mesa
Data 11/12/2023
Hora 15h10.m
...O Presidente...

República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO NACIONAL

ANUNCIADO
...../...../.....
O Presidente

COMISSÃO DE NEGOCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL

Exma. Senhora,

Presidente da Comissão C

Cedelizia dos Santos

N/referencia: 45 /VI/1ª/2023 N/processo: V/referencia: Data: 06/12/2023

Assunto: Envio Relatório e Parecer Setoral

A Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacional tem a honra de Enviar a Vossa Excelência o Relatório e Parecer setorial sobre proposta de Lei n.º 4 /VI/ (1ª) Orçamento Geral do Estado para 2024

Junto se anexa o referido relatório.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Comissão

Domingos Augusto "DEKER"

Deputado

Proposta de Lei
N.º 4/VI/(1ª)

Orçamento Geral do Estado para 2024
Parecer Setorial da Comissão B
6 de dezembro de 2023

Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança

PARLAMENTO NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA

ÍNDICE

1.		**CONSIDERANDOS**	3
2.		**ENQUADRAMENTO LEGAL**	4
3.		**ANÁLISE DA INICIATIVA LEGISLATIVA**	9
	3.1	Programa do IX Governo Constitucional	11
	3.2	Apreciação do planeamento orçamental da PPL	19
	3.3	Apreciação da problemática da Lei de Programação Militar na PPL	21
4.		**ANÁLISE SECTORIAL**	23
	4.1	Serviço Nacional de Inteligência	24
	4.2	Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas	25
	4.3	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	28
	4.4	Ministério da Defesa	37
	4.5	FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)	41
	4.6	Instituto de Defesa Nacional	43
	4.7	Ministério do Interior e Serviço de Migração	45
	4.8	Polícia Nacional de Timor-Leste	50
	4.9	SEPC / Autoridade da Proteção Civil	53
5.		**CONSULTAS E CONTRIBUTOS**	56
6.		**CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**	64
7.		**PARECER DA COMISSÃO B**	68
8.		**APROVAÇÃO DE PARECER SETORIAL**	68

1. CONSIDERANDOS

1.1 Nota prévia

A iniciativa legislativa em apreço, especificamente, a Proposta de Lei n.º4/VI/(1ª) – *"Lei do Orçamento Geral do Estado para 2024"*, doravante designado por "PPL", foi aprovada pelo Conselho de Ministros, a 21 de novembro de 2023, e submetido à aprovação do Parlamento Nacional. Neste âmbito, por despacho de Sua Excelência, a Presidente do Parlamento Nacional, a PPL foi remetida para emissão de Parecer Setorial, no dia 27 de novembro de 2023, à presente Comissão Especializada Permanente, a Comissão B. Em Dezembro de 2023, na apreciação da presente iniciativa legislativa, a Comissão B esteve composta com os seguintes Deputados:

PRESIDENTE DA COMISSÃO	Domingos Augusto "Deker"	CNRT
VICE-PRESIDENTE	Luís Roberto da Silva	KHUNTO
SECRETÁRIA	Sancha Margarida Tilman	PD
DEPUTADOS	Maria Rosa da Câmara "Bisoi"	CNRT
	Bendita Moniz Magno	CNRT
	Marcos Soares Martins	CNRT
	Natalino dos Santos Nascimento	CNRT
	Lídia Martins	FRETILIN
	David Dias Ximenes "Mandati"	FRETILIN
	Florentino Ximenes da Costa "Sinarai"	FRETILIN
	Abel dos Santos	PLP

A supra referida composição da Comissão B salvaguarda, em razão da matéria e nos termos da Deliberação do Parlamento Nacional n.º3/2023, de 5 de junho[1], as competências necessárias para elaborar o Parecer Setorial especificamente nas áreas de:

- Cooperação Internacional;
- Defesa Nacional;
- Segurança Pública;
- Proteção Civil;
- Fronteiras terrestres e marítimas;
- Organizações Internacionais;

[1] Alterada pela Deliberação do Parlamento Nacional n.º5/2023, de 11 de julho de 2023.

- Integração regional e assuntos ASEAN;
- Tratados e Acordos Internacionais;
- Comunidades Timorenses residentes no estrangeiro.

1.2 Relator

Na elaboração do presente Parecer Setorial observou-se o estatuído nos artigos 32.º e 34.º do Regimento do Parlamento Nacional (doravante "RPN"), isto é, Sua Excelência, o Presidente da Comissão B, designou a Sra.Deputada Bendita Moniz Magno, na qualidade de Relatora do Parecer Setorial, sob referência.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A iniciativa legislativa em apreço deu entrada no Parlamento Nacional a 23 de novembro de 2023, ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º1, do artigo 97.º e n.º1 do artigo 145.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (doravante "CRDTL"), com pedido de prioridade e urgência, nos termos do disposto no artigo 97.º do RPN, em correlação legal, com o art. 52.º da Lei n.º2/2022, de 10 de fevereiro, "Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública" (doravante "LEO").

Neste enquadramento processual, relativamente à forma, à competência e os requisitos legais da presente iniciativa legislativa, a Comissão B obsta parcialmente o parecer firmado na "Nota de Admissibilidade n.º6/2023/DIPLEN", de 24 de novembro de 2023, realizado pela Divisão de Apoio ao Plenário do Parlamento Nacional, relativamente ao cumprimento da PPL no domínio do planeamento orçamental em conformidade com a ordem jurídica Nacional.

Deste modo, a hermenêutica jurídica é uma ulterior exigência na interpretação e aplicação das leis que consolidam o conteúdo normativo da LEO, tais como a Lei do Fundo Petrolífero, a Lei do Regime da Dívida Pública, a Lei Tributária e, mais recentemente, a Lei das Finanças Municipais e a Lei de Programação Militar. Estas leis subsistem para proporcionar um quadro abrangente mas estruturado para as questões orçamentais consignadas na LEO, assim, garantindo uma total e maior transparência e eficiência na gestão orçamental.

Nesta perspectiva, constata-se o incumprimento legal da PPL nos termos da Lei n.º8/2023, a "Lei de Programação Militar", em concreto, as despesas públicas a serem efetuadas em equipamentos, armamentos e outros meios das F-FDTL, constantes na LPM, não estão inscritas em programa orçamental próprio na PPL, em específico, por "programação militar". Neste âmbito, importa salientar que o montante das dotações para cada ano do quinquénio, constante da LPM, é incluído, obrigatoriamente, na proposta anual de orçamento apresentada pelo departamento governamental com atribuições na área da defesa, pois as dotações orçamentais necessárias à execução das capacidades previstas na LPM terão que ser contempladas nos termos da lei (artigos 8.º, 9.º e 10.º da LPM). Assim, seguindo este entendimento legal, constata-se uma questão de ilegalidade que não

se confunde com a noção rigorosa de inconstitucionalidade, isto é, o conteúdo normativo, sob referência, não encontra o seu fundamento de validade diretamente nas normas da Constituição, mas sim, num quadro legal infraconstitucional, a LPM, sendo dessa forma, uma relação de legalidade e não de constitucionalidade.

No presente e no futuro, processos similares se elevam a título de exemplo, nomeadamente, a "Lei das Finanças Municipais" que assegura a transparência e a responsabilização nas dotações orçamentais, exigindo que o OGE defina claramente e atribua fundos aos municípios através de vários fundos especificados na lei, tal como mencionado na Lei n.º16/2023. Este processo desempenha um papel fundamental na promoção da distribuição justa de recursos e no apoio ao Poder Local, pelo qual especificamente o OGE identifica os montantes a transferir para cada município por conta do "Fundo Geral do Município", do "Fundo de Coesão Territorial" e do "Fundo de Descentralização Administrativa", facilitando assim a afetação efectiva de recursos para o Poder Local.

Em conclusão, no domínio da apreciação legal da PPL, embora os princípios gerais da PPL estejam em conformidade com a CRDTL, existem desafios específicos supra referidos que necessitam de ser supridos, em sede de Especialidade, para garantir a validade do diploma final na ordem jurídica Nacional.

2.1 Forma de articulados da PPL

A iniciativa legislativa em apreço contém um articulado com 12 artigos distribuídos por 4 capítulos e um anexo com 12 tabelas orçamentais, em concreto:

- **Capítulo I – Disposições iniciais**
  - Artigo 1.º - Objeto e âmbito
- **Capítulo II – Orçamento Geral do Estado**
  - Artigo 2.º - Aprovação das tabelas orçamentais
  - Artigo 3.º - Impostos, taxas e contribuições
  - Artigo 4.º - Transferências do Fundo Petrolífero
  - Artigo 5.º - Dívida Pública
  - Artigo 6.º - Garantias
  - Artigo 7.º - Transferências entre subsetores
- **Capítulo III – Orçamento da Segurança Social**
  - Artigo 8.º - Transferência dos saldos da Segurança Social
- **Capítulo IV – Disposições finais**
  - Artigo 9.º - Período transitório
  - Artigo 10.º - Alteração à Lei n.º9/2011, de 17 de agosto
  - Artigo 11.º - Alteração à Lei n.º2/2022, de 10 de fevereiro
  - Artigo 12.º - Entrada em vigor e produção de efeitos

- **ANEXO – Tabelas Orçamentais**
  - Tabela I - Receita do Setor Público Administrativo, por subsetores
  - Tabela II - Despesa do Setor Público Administrativo, por subsetores
  - Tabela III - Despesa do Setor Público Administrativo, por classificação funcional
  - Tabela IV - Receita do subsetor da Administração Central, por classificação económica
  - Tabela V - Despesa do subsetor da Administração Central, por classificação orgânica, económica e estruturada por programas
  - Tabela VI - Despesa do subsetor da Administração Central, por classificação económica
  - Tabela VII - Receita do subsetor da Segurança Social, por classificação económica, total e por regime e administração
  - Tabela VIII - Despesa do subsetor da Segurança Social, por classificação orgânica, económica e estruturada por programas
  - Tabela IX - Despesa do subsetor da Segurança Social, por classificação económica, total e por regime e administração
  - Tabela X - Receita do subsetor da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, por classificação económica
  - Tabela XI - Despesa do subsetor da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, por classificação orgânica e estruturada por programas
  - Tabela XII - Despesa do subsetor da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, por classificação económica

Concluindo, os Anexos e as inerentes tabelas orçamentais estão devidamente numeradas e referenciadas no articulado da PPL, como parte integrante da lei, em conformidade com as normas aplicáveis ao conteúdo formal e estrutural da PPL, supra referidas.

2.2 Projectos do "Plano Anual de Investimento Estratégico"

Nos termos do artigo 47.º da LEO, o Governo apresenta ao Parlamento Nacional, juntamente com a proposta de lei do OGE, o "Plano Anual de Investimento Estratégico", em concreto, os principais projetos de investimento estratégico com impacto no OGE para o ano orçamental seguinte. Neste enquadramento, o "Plano Anual de Investimento Estratégico" identifica:

1. Os principais projetos de investimento estratégico que serão executados no ano orçamental seguinte;
2. O custo total desses projetos e o montante que será financiado pelo OGE para o ano orçamental seguinte;
3. O respetivo calendário de execução;
4. A justificação de realização desses projetos.

Deste modo, apenas identificando as áreas de competência da Comissão B, importa evidenciar os seguintes elementos de informação firmados pelo Governo, designadamente:

» **no sector da Defesa** *(em conformidade com os contributos do Ministério da defesa)*[2]

No domínio do planeamento e investimento estratégico no sector da Defesa, consolida-se 5 (cinco) projectos prioritários para o contexto temporal de médio prazo, no montante de US$ 2 milhões de capital de desenvolvimento, em conformidade com o ciclo de desenvolvimento das forças inerente à "Diretiva Ministerial de Planeamento da Defesa Militar 2023-2028", de 20 de agosto de 2023, designadamente:

	PROJETOS	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	PROGRAMA GOVERNO
I - INFRAESTRUTURAS	1. Construção do QG Conjunto das F-FDTL	Dotar as F-DTL de instalações condignas e eficientes	Capacidade para alojar cerca de 500 militares	Melhorar as infraestruturas e edificar novas instalações militares para todas as Componentes, incluindo as principais bases terrestres, aérea e navais
	2. Construção da Base Militar: 1.º Batalhão de Infantaria Ligeira, com 4 Companhias	Construir Base Militar (melhorar as infraestruturas e edificar novas instalações militares)	Garantir o alojamento de cerca de 630 militares (não estão contabilizados os familiares)	Melhorar as infraestruturas e edificar novas instalações militares para todas as componentes, incluindo as principais bases terrestres, aérea e navais. Construir Bairros para as famílias dos Militares integrados nas Bases Militares
	3. Construção da Base Militar: 2.º Batalhão de Infantaria Ligeira, com 4 Companhias	Construir Base Militar (melhorar as infraestruturas e edificar novas instalações militares)	Garantir o alojamento de cerca de 630 militares (não estão contabilizados os familiares)	Melhorar as infraestruturas e edificar novas instalações militares para todas as componentes, incluindo as principais bases terrestres, aérea e navais. Construir Bairros para as famílias dos Militares integrados nas Bases Militares
	4. Construção do Hospital Militar	Garantir a assistência hospitalar (incluindo de campanha) ao pessoal militar, policias e aos veteranos, e aos familiares e à sociedade (capacidade sobrante)	Prestar cuidados de saúde apoio a cerca de 40.000 pessoas/ano. Assegurar o internamento de 10 pessoas/ano (+/- 25 pessoas p/dia)	Desenvolver estudos e planos de investimento para a construção de um Hospital dedicado à prestação de cuidados de saúde ao pessoal militar, policial e aos veteranos. Refoçar a capacidade do setor da defesa em termos das unidades de saúde para a prestação de apoio às populações
II – C5IRS	Aquisição do "Sistema de Comunicação Táctica, Operacional-Terrestre"	Melhorar os sistemas e tecnologias de informação e desenvolver o sistema de Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, Cibersegurança, Informações e Vigilância (C5IRS)	Implementar o Sistema de Alerta Nacional. Dotar as Forças Armadas de meios modernos e eficazes de vigilância e controlo. Equipar as F-FDTL com equipamento, material e armamento moderno e de qualidade	Capacitar a Componente Naval para a defesa, vigilância, controlo e fiscalização das atividades marítimas e portuárias no âmbito do Sistema de Autoridade Marítima. Promover a Componente de Apoio Aéreo para participar de forma integrada na defesa militar do país, bem como vigiar o espaço aéreo nacional e participar de missões humanitárias em apoio à população civil
	Aquisição do "Sistema Integrado do Espaço Aéreo e Marítimo"			

[2] Em conformidade com os elementos de informação disponibilizados pelo Ministério da Defesa, em sede de audiências públicas da apreciação da PPL, complementando com os elementos presentes no Relatório da PPL.

III - AMN	Aquisição de equipamentos no âmbito do Sistema de Autoridade Marítima e da AMN	Aquisição de meios navais classe oceânica	Capacitar a AMN com vista a assegurar a soberania nos espaços marítimos sob jurisdição nacional e defesa dos recursos marítimos	Reforçar e capacitar a Autoridade Marítima Nacional
		Instalar o Comando da AMN e do CN		Dotar a Componente Naval com os meios adequados ao cumprimento das suas missões
IV - SISN	Aquisição de Equipamentos no âmbito do Sistema Integrado de Segurança Nacional (Componente Naval)	Aquisição de meios navais classe oceânica (Corveta) para CN. Aquisição de lanchas e viaturas	Reforço das atividades das capitanias, de fiscalização e de abordagens nos espaços marítimos de jurisdição nacional	Dotar as Forças Armadas de meios modernos e eficazes de vigilância e controlo. Desenvolver as capacidades da componente Naval
	Aquisição de Equipamentos no âmbito do Sistema Intgrado de Segurança Nacional (Componente Terrestre)	Levantamento do Batalhão de Infantaria Ligeira de Intervenção Mecanizada e Apoio Estratégico de Combate, (BILIMAEC), com 2 Companhias de Intervenção Mecanizada e 2 Companhias de Apoio de Fogos. Aquisição de meios para C5IRS. Aquisição de viaturas e armamento	Reforço do patrulhamento em áreas de responsabilidades operacionais	Reforçar a capacidade do setor da Defesa em termos das unidades de engenharia e saúde, para a prestação de apoio às populações. Dotar as Forças Armadas de meios modernos e eficazes de vigilância e controlo
	Aquisição de Equipamentos no âmbito do Sistema Integrado de Segurança Nacional (Componente Aérea)	Aquisição de meios aéreos multiusos (classe Heli Braz). Aquisição de viaturas apropriadas	Fortalecer a vigilância do espaço aéreo no quadro da segurança aérea. Participar em missões humanitárias de apoio à população civil	Dotar as Forças Armadas de meios modernos e eficazes de vigilância e controlo. Desenvolver as capacidades da componente aérea
V - MISSÕES INTERESSE PÚBLICO	Aquisição de materiais e equipamentos para fazer face às missões de interesse público	Aquisição de meios de engenharia	Capacitar as F-FDTL e a AMN para, no âmbito do Sistema Integrado de Segurança Nacional, promoverem acções de proteção civil	Reforçar a capacidade do setor da Defesa em termos das unidades de engenharia e saúde, para a prestação de apoio às populações. Reforçar a capacidade do setor da defesa em termos das unidades de saúde para a prestação de apoio às populações
		Aquisição de meios de socorro e de saúde		
	Aquisição de materiais e equipamentos para satisfazer as necessidades das missões internacionais de apoio à Paz e de apoio humanitário no quadro da ONU	Reforçar os equipamentos e meios de engenharia	Capacitar as F-FDTL e a AMN para as missões internacionais de apoio à Paz e de apoio humanitário no quadro da ONU	Reforçar a capacidade do setor da Defesa em termos das unidades de engenharia e saúde. Dotar as Forças Armadas de meios modernos e eficazes de vigilância e controlo
		Reforçar os equipamentos e meios de socorro e de saúde		

» No sector da Segurança Interna

Ano 3 (2026)

- Melhoria da Infraestrutura da Sede da Polícia Nacional (PNTL)
  - Alocação de recursos;
  - Modernização inicial das infraestruturas físicas;
  - Integração tecnológica para um policiamento eficiente, incluindo o envolvimento da comunidade e iniciativas de policiamento;

- Melhoria da capacidade institucional da PNTL com infraestruturas e equipamentos modernos;
- Fortalecer a capacidade institucional com infraestrutura, equipamentos e tecnologia da informação modernos, incluindo a informatização dos sistemas de informação;
- Avaliação de desempenho; revisão e implementação de políticas e melhoria e adaptação Contínuas.

» Desenvolvimento Institucional da Política Externa

Ano 4 (2027)

- Reforçar o Centro de Estudos Diplomáticos para reforçar as capacidades:
  - Avaliação de necessidades e análise de lacunas, incluindo envolvimento das partes interessadas. Desenvolver o Plano Estratégico;
  - Aprovar um novo regime transitório para os funcionários de carreira diplomática;
  - "Valorização Curricular e Desenvolvimento do Corpo Docente";
  - Avanços em infraestrutura e tecnologia;
  - Exposição internacional e aprendizagem experiencial (programas de intercâmbio, oportunidades de estágio, simulações e sessões diplomáticas simuladas, etc.);
- Acompanhamento, avaliação e sustentabilidade.

3. ANÁLISE DA INICIATIVA LEGISLATIVA

A Comissão B é incumbida de avaliar o primeiro Orçamento Geral do Estado de um mandato governamental de cinco anos, assumindo esta responsabilidade com uma profunda percepção, sob sentido de Estado, através de uma oficial consideração por múltiplas perspectivas partidárias. Nesse sentido, entre outras problemáticas, uma das maiores preocupações dos membros da Comissão é a possibilidade de um "abismo orçamental" dentro de uma década, logo, impõe-se a urgência de uma análise preliminar do "Estado da Nação".

Por tal, evidencia-se que apesar dos desafios que enfrentamos após a independência, Timor-Leste conseguiu ultrapassar o passado difícil e estabelecer-se como uma democracia exemplar no Sudeste Asiático. Nessa medida, tal foi conseguido através de uma gestão eficaz dos recursos e de parcerias estratégicas que, consequentemente, fomentou que o país conseguiu reconstruir a sua população e economia, demonstrando a sua resiliência e potencial de crescimento. Contudo, o sucesso alcançado está agora a enfrentar potenciais ameaças à medida que o país se confronta com inúmeros desafios transnacionais, entre outros, em concreto:

- as alterações climáticas e as suas respectivas consequências na sociedade Nacional;
- o impacto persistente na economia Nacional, por parte da falta de estabilidade política, em paralelo, com a notória pressão da delinquência com origem nas actividades perpetuadas pelos Grupos de Artes Marciais (GAM).

Neste sentido, a Comissão B defende que a RDTL terá de enfrentar estes desafios de forma pró-ativa e consolidar cooperação institucional para salvaguardar o seu progresso tão arduamente conquistado.

Infelizmente, a RDTL está a enfrentar múltiplos desafios em simultâneo, os quais serão intensificados por transições económicas e políticas internas na nossa região nos próximos anos.

É crucial que o Governo aplique uma diversificação da economia a curto-prazo. Por tal, paradoxalmente, o desenvolvimento e exploração do campo de gás do *Greater Sunrise* é a oportunidade para financiar o objectivo da diversificação, mas é necessário garantir uma parceria estratégica estável que permita salvaguardar a viabilidade dos restantes objectivos primordiais da Nação.

A conversão das lideranças em Timor-Leste são uma preocupação importante para a Comissão B. As lideranças atuais, que desempenharam um superior papel determinante na construção do país, devem garantir que haja uma transição pacífica e ordenada de poder para a próxima geração de líderes. Este baluarte é vincado pelo facto que é especialmente importante, numa economia em dificuldades, evitar a criação de uma maior instabilidade política, isto é, a resiliência democrática do Povo Assuwain será posta à prova durante os próximos anos e, a Comissão B, reveste uma especial responsabilidade na garantia da forma transparente e inclusiva, de manter a confiança, o Estado de Direito e os princípios e valores da sociedade timorense.

Este enquadramento se fundamenta no eventual cenário de uma ausência de liderança efectiva, em concreto, a criação dos "vazios de poder" que, de facto, poderão ser preenchidos por vários grupos de interesse, incluindo os Grupos de Artes Marciais (GAM) ou comunidades transnacionais de elevado poderio económico e influência na sociedade Nacional.

Esta situação pode potencialmente levar ao aparecimento de "Governos alternativos" formados por elementos que podem ser considerados dúbios, uma vez que parecem ignorar os princípios e valores fundamentais da sociedade timorense. Este facto levanta preocupações sobre o potencial impacto negativo que tais elementos podem ter no tecido social, na integridade cultural e na Segurança Nacional da RDTL. É importante considerar no imediato, decisões políticas que se alinham com esta perspectiva na salvaguarda do património imaterial e cultural do Povo timorense.

Em paralelo, a localização estratégica de Timor-Leste ao longo do Estreito de Ombai-Wetar e a sua proximidade com potências globais tornam os desenvolvimentos políticos e económicos no país motivo de interesse para as maiores potências geopolíticas da comunidade internacional.

Deste modo, é crucial elevar a "Unidade Nacional" e resolver as questões internas de Timor-Leste no domínio da Defesa e da Segurança Nacional, para evitar possíveis repercussões que vão além das fronteiras do país. O equilíbrio de poder na região é um objectivo importante a ser considerado e a

estabilidade política e económica do Estreito de Malaca e do Mar do Sul da China desempenham um papel significativo nesse contexto.

O futuro de Timor-Leste é mais do que certo se depender de decisões tomadas pelos nossos líderes e pelo Povo timorense de forma racional, fundamentada e sob uma lógica de longo-prazo.

Enfrentando obstáculos significativos, a RDTL tem o potencial para alcançar o progresso e a prosperidade. As lições aprendidas durante este período contextual irão ser valiosas para o processo geracional em curso. A direção que a Nação tomará nos próximos anos é determinante da forma como a próxima geração irá enfrentar e superar os desafios à sua frente. Por tal, de forma crucial, a Comissão B apela à clara eliminação de "egos institucionais" em prol da Nação.

A certeza das instituições, a serenidade das elites políticas e a segurança da justiça não podem falhar na salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias do Estado de Direito da RDTL.

Nesta perspectiva, defende-se que "todos podem falhar" na sua ética do dever ser, mas nunca os órgãos de polícia criminal e o sector da justiça. Contudo, mais do que nunca e na próxima década, é fundamental dispor de sistemas sólidos de responsabilização e controlo para garantir que a má conduta possa ser identificada e tratada prontamente pelo sector da justiça, a fim de manter a confiança da sociedade no seu normal quotidiano. Assim, fundamenta-se que todos podem falhar nos próximos anos, menos o sector da justiça e os órgãos de polícia criminal.

As variáveis de pequena e média corrupção não poderão resistir. O uso privado do erário público nunca poderá ser um "novo quotidiano", logo, por tais factores não se pode verificar impasses políticos perante a consolidação de mecanismos de combate à corrupção e, consequentemente, em tempos excepcionais supra referidos, a "unidade, acção e progresso" terão que ser mais do que nunca o critério primordial de todos os agentes políticos.

É sob estes baluartes que a presente Comissão Especializada Permanente apresenta a apreciação do "Programa do Governo" para os próximos 5 anos nas áreas de competência da Comissão B, em correlação, com a análise da PPL, sob referência:

3.1 Programa do IX Governo Constitucional nas áreas da Comissão B

Nos termos constitucionais do artigo 108.° da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL), nomeado o Governo, este deve elaborar o seu programa, do qual constarão os objetivos e as tarefas que se propõe realizar, as medidas a adotar e as principais orientações políticas que pretende seguir nos domínios da atividade governamental.

No domínio da política externa, defesa e segurança o Governo defende que *"Timor-Leste é uma pequena Nação, com uma localização geográfica altamente estratégica, cuja segurança depende do estabelecimento de relações de amizade e de cooperação sólidas com países dos vários pontos do globo, mas, sobretudo, com os países vizinhos, os países da região e os países com os quais partilha*

laços culturais, históricos e de solidariedade de longa data, destacando-se naturalmente os países de língua oficial portuguesa".[3]

***

O Governo, **na área da Segurança Nacional**, irá prosseguir com o cumprimento de 19 objetivos, pelos quais a Comissão B enaltece quatro objectivos, especificamente:

1. **Intensificar a desconcentração dos serviços**, aproximando-os dos cidadãos em todo o território nacional;
2. **Reforçar a capacidade da "Unidade de Patrulhamento de Fronteiras"**, através da construção de postos de vigilância e aquisição dos equipamentos necessários;
3. Continuar a **melhorar o sistema de prevenção e resolução de conflitos comunitários;**
4. **Modernizar a PNTL**, incluindo os sistemas e processos, adotando procedimentos modernos e eficientes, também fazendo uso das Tecnologias da Informação.

Para tal, irão ser desenvolvidas 47 ações na Segurança Interna que a Comissão B evidencia, entre outras, nomeadamente:

1. **Rever a Lei das Artes Marciais e Armas Brancas**, reforçar o estatuto da "Comissão Reguladora de Artes Marciais" (CRAM) e dar continuidade à prática de policiamento comunitário (visibilidade, envolvimento e profissionalismo);
2. **Reforçar a coordenação e cooperação** entre a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e a Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC);
3. Reforçar a capacitação institucional e modernizar infraestruturas, equipamentos e as tecnologias de informação do setor, incluindo a **informatização do sistema de recolha e tratamento das informações;**
4. Criar a "**Academia da Polícia**";
5. **Implementar uma rede digital própria de comunicações**, para o "Sistema de Gestão de Fronteiras", que permita a ligação entre a "Direção Geral" e "Delegações Regionais" e "Postos Consulares";
6. Promover a coordenação e **cooperação do "SNI" com as "Forças de Defesa" e com as "Forças de Segurança"**, para prevenção e combate a ameaças internas e externas.

Neste contexto, a Comissão B defende a importância do vector de centralização e desconcentração das Forças de Segurança, ao mesmo tempo que se destaca a consolidação do patrulhamento da fronteira como uma das principais prioridades. Além disso, é reconhecido que a base da sociedade timorense está nas suas comunidades, logo, destacamos a importância dos mecanismos de prevenção de conflitos para garantir a estabilidade futura da Nação, a longo-prazo. Em todos estes elementos referidos, a Comissão B valoriza a PNTL e as suas atribuições, tanto nas áreas

[3] Ponto 6.10 do Programa do IX Governo Constitucional, pág. 156, submetido ao Parlamento Nacional em julho de 2023.

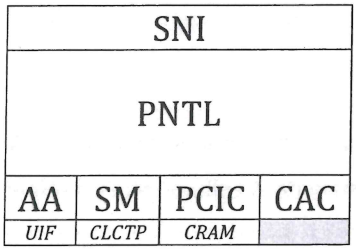
metropolitanas quanto nas áreas remotas, como a entidade essencial a respeitar, preservar e capacitar.

A "digitalização da PNTL" é crucial para a modernização das Forças de Segurança. Isto inclui a utilização de tecnologia para sistemas de recolha e processamento de informação na investigação criminal, bem como um sistema digital de controlo e gestão das fronteiras com, o apoio do Serviço de Migração. Além disso, uma nova "Academia de Polícia" irá proporcionar a formação necessária para a PNTL desempenhar um papel vital no apoio à sociedade civil no seu desenvolvimento económico.

Para abordar eficazmente o binómio "segurança pública-desporto", é crucial rever a "Lei das Artes Marciais e Armas Brancas" e reforçar o papel da "Comissão Reguladora das Artes Marciais (CRAM)" no Ministério do Interior. Esta medida deve ser acompanhada pela criação da "Comissão de Federalização das Artes Marciais (CFAM)" no Ministério do Desporto. Além disso, a manutenção da prática do policiamento comunitário perante os "Grupos de Artes Marciais (GAM)", que privilegia a visibilidade, o envolvimento e o profissionalismo, deve ser prosseguida tanto a curto como a longo prazo. Estas medidas visam encontrar uma solução abrangente que equilibre as necessidades de segurança com a promoção e a regulamentação das actividades desportivas relacionadas com os GAM em Timor-Leste.

Consequentemente, a cooperação e a coordenação efectivas entre a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e outras entidades operacionais como a PCIC, o CAC, a AA e o SM são essenciais e são conseguidas através da superação de "egos institucionais". Nessa medida, a Comissão B reconhece a importância do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) na coordenação e cooperação com as forças de segurança, com o apoio das Forças de Defesa, para garantir uma abordagem abrangente e unificada para manter a segurança e a estabilidade na RDTL. Salvo melhor entendimento, para ultrapassar os egos institucionais e melhorar a coordenação e a cooperação entre as forças de segurança, é necessário criar um Secretário-Geral para a Segurança Nacional (SG-SN). Assim, sugere-se que o SNI assuma as responsabilidades de SG-SN para combater os egos institucionais e garantir uma coordenação efectiva entre os órgãos de polícia criminais, supra referidos, em concreto:

i. A elevação da capacitação na criminologia e a salvaguarda da prova material;
ii. O combate à descoordenação institucional, em especial, no sector aduaneiro;
iii. A garantia de uma "Doutrina de segurança e defesa conjunta";
iv. A proteção institucional dos operacionais do "Sistema Integrado de Segurança Nacional";
v. A rápida partilha de informação estratégica entre operacionais dos OPCs;
vi. A contínua e partilhada formação especializada;
vii. O combate à actual "desinformação organizada".



Por último, em consideração com o sector de Segurança Nacional, no actual mundo digitalizado e globalizado, o Governo reconhece a importância de investir na cibersegurança e na inteligência cibernética.

Concluindo, para combater eficazmente o crime e garantir a segurança, é crucial investir no reforço da capacidade da PNTL para conduzir operações de patrulhas e recolher informações para a identificação e prevenção de actividades criminosas. Para além disto, são necessários investimentos para melhorar as capacidades dos serviços de inteligência, incluindo a recolha e análise de dados, bem como a inteligência e segurança cibernéticas no âmbito do Sistema Nacional de Inteligência da RDTL. Estes investimentos permitirão ao Governo combater eficazmente a criminalidade e manter um ambiente seguro para os seus cidadãos. Este baluarte da Comissão B reveste uma especial importância devido à proximidade da edificação do cabo submarino de fibra óptica de comunicações uma vez que o Governo tem de garantir a segurança desta infraestrutura vital.

***

O Governo, **na área da defesa**, pretende prosseguir com o cumprimento de 14 objetivos, pelos quais entre outros, a Comissão B evidencia 5 objectivos, especificamente:

1. Treinar e melhorar a **capacidade das F-FDTL para o apoio a civis**, sobretudo em caso de desastres naturais e outras emergências no âmbito do "Sistema Integrado de Segurança Nacional";
2. **Capacitar a "Componente Naval"** para a defesa, vigilância, controlo e fiscalização das atividades marítimas e portuárias no âmbito do "Sistema de Autoridade Marítima de Timor-Leste";
3. **Promover a "Componente de Apoio Aéreo"** para participar de forma integrada na defesa militar do país, bem como vigiar o espaço aéreo nacional e participar de missões humanitárias em apoio à população civil;
4. Rever e **implementar o "Conceito Estratégico Militar" e a "Lei da Programação Militar";**
5. Promover o estudo e a reflexão sobre a **obrigatoriedade do serviço militar.**

Para a prossecução destes objetivos de Defesa, irão ser levadas a cabo 28 acções, pelas quais a Comissão B evidencia 10 acções de especial foco, designadamente:

1. Rever e **atualizar o "Estudo Estratégico Força-2020"** e redefinir os planos de desenvolvimento e consolidação das F-FDTL, naquilo que ainda for necessário até à edificação dos documentos estruturantes do "Planeamento Estratégico da Defesa e Militar";
2. Melhorar as infraestruturas e **edificar novas instalações militares** para todas as componentes, incluindo as principais bases terrestres, aérea e navais;
3. **Transformar o "Instituto de Defesa Nacional"** num estabelecimento de ensino superior de Defesa Nacional e promover a "Academia Conjunta para as Forças de Defesa e as Forças e Serviços de Segurança" para todas as instituições relevantes;
4. Melhorar os sistemas e tecnologias de informação e **desenvolver o sistema de "Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, Cibersegurança, Informações e Vigilância (C5IRS)";**
5. Proceder aos estudos de viabilidade para a criação de pequenas unidades industriais para a **produção das rações de combate, fardamento e de munições de pequeno calibre** (5.56mm e 9mm);
6. **Incrementar a capacidade das Componentes** operacionais, terrestre, naval e das unidades de apoio;
7. **Reforçar a Componente de Apoio Aéreo** para participar de forma integrada na defesa militar do país, bem como patrulhar e vigiar o espaço aéreo nacional e participar de missões humanitárias em apoio à população civil;
8. Reforçar a capacidade do setor da defesa em termos das **unidades de engenharia e saúde, para a prestação de apoio às populações** e em termos de formação linguística;
9. **Implementar o "Sistema de Alerta Nacional"** e melhorar a capacidade de resposta a desastres naturais e emergências;
10. Promover, juntamente com as "Forças e Serviços de Segurança", bem como a Proteção Civil, **exercícios conjuntos no âmbito do "Sistema Integrado de Segurança Nacional".**

Neste enquadramento, a Comissão B afirma que a capacitação da Componente Naval e a implementação do serviço militar obrigatório são passos cruciais para o futuro da nação, a curto-prazo, em conformidade com uma nova delineação do documento estratégico "Força 2020". Estas medidas são consideradas necessárias a curto prazo para reforçar a força e a prontidão militar do país, garantindo assim a sua segurança e a proteção dos seus interesses Nacionais.

A Componente Naval das F-FDTL desempenha um papel crucial na proteção da zona económica exclusiva da Nação ("ZEE"), garantindo a nossa soberania sobre as águas e recursos naturais da RDTL. Além disso, a presença naval pode contribuir para a geração de novas fontes de receita por meio do controlo e exploração dos recursos naturais, como pesca, petróleo e gás natural. Deste modo, enaltece-se que a Componente Naval desempenha um papel estratégico tanto na segurança como no desenvolvimento económico da RDTL, a curto e longo-prazo. Nesta medida, importa salientar que as actividades, sob referência, são especialmente importantes para a prevenção de atividades ilegais no Mar de Timor (*Tasi Mane*) como a pesca ilegal. Um relatório de 2022 do

"Ministério da Agricultura e Pescas (MAP)" destaca que Timor-Leste perde anualmente cerca de 300 milhões de dólares em receitas devido a atividades de pesca ilegal.

Em paralelo, o estabelecimento do serviço militar obrigatório actua como um mecanismo para enfrentar os actuais problemas económicos, como o desemprego e a falta de formação aos jovens nas áreas remotas. Além disso, esta medida também contribui para fortalecer o sentido de identidade Nacional nas gerações futuras, permitindo que valores e princípios da RDTL sejam transmitidos e preservados ao longo do tempo. Assim, o serviço militar obrigatório pode ter um impacto duplo, tanto económico quanto cultural no país.

Contudo, por especial complemento, além dos benefícios económicos e culturais mencionados anteriormente, a implementação do serviço militar obrigatório também é vista como uma medida de combate ao surgimento de grupos de interesse, em concreto, os Grupos de Artes Marciais (GAM), e as suas atividades duvidosas na sociedade nacional. Através da doutrina e disciplina militar, é possível promover uma maior integração e coesão social, reduzindo o espaço para atividades ilícitas ou prejudiciais à sociedade, por parte dos mais jovens. Assim, contribuindo para a manutenção da ordem e da segurança interna do país que, por conseguinte, eleva a estabilidade da economia Nacional.

Para a implementação efetiva tanto do serviço militar obrigatório como a emancipação da Componente Naval, é essencial que essas medidas sejam delineadas em um documento estratégico, em concreto, o "Estudo Força 2020". Este documento irá fornecer a direção e o empenhamento operacional necessário, garantindo que todas as partes envolvidas estejam alinhadas e tenham acesso à informação necessária para operar de forma eficiente e eficaz.

Por último, no domínio dos pilares da Segurança Nacional, **na área da proteção civil** o Governo pretende prosseguir com o cumprimento de 9 acções, pelos quais a Comissão B enaltece 3 acções, nomeadamente:

1. Rever a Lei da Proteção Civil, Lei n.º 12/2020, de 2 de dezembro, de forma a **reforçar o "Sistema Nacional de Proteção Civil" de forma integrada com as autoridades municipais** e com os ministérios relevantes;
2. Desenvolver uma **carreira profissional dos funcionários da Proteção Civil e Bombeiros**, através da criação de uma carreira própria;
3. Criar **mecanismos de alerta antecipado** perante situações de desastres naturais e meios adequados de resposta e atuação.

Dado o seu papel significativo nas comunidades nacionais, via APC, os agentes da Proteção Civil devem ter prioridade na formação a curto prazo. É essencial desconcentrar as forças e estabelecer colaborações mais estreitas com as autoridades locais, nomeadamente os Municípios. Esta abordagem aumentará a eficácia e a capacidade de resposta dos esforços da APC, bem como

reforçará a integração e a coordenação entre os níveis centrais e locais da administração pública para garantir a segurança e o bem-estar das comunidades.

Para reconhecer e apoiar a missão supra referida, é vital consolidar o "Corpo Nacional de Bombeiros" e os seus operacionais, em concreto, é necessário estabelecer um estatuto especial que defina os seus direitos e deveres. Este estatuto deve sublinhar a importância do seu papel na sociedade e garantir que lhes são proporcionadas as protecções adequadas e os recursos necessários para o desempenho eficaz das suas funções. Ao salvaguardar os seus interesses e reconhecer o seu contributo indispensável, o estatuto especial reforçará a posição do "Corpo Nacional de Bombeiros" e aumentará ainda mais a sua capacidade de cumprir a sua missão.

***

Em contraste com o "Sistema Integrado de Segurança Nacional", a Comissão B figura os objectivos do Governo **nas relações internacionais, na política externa, na delimitação de fronteiras permanentes e no apoio às comunidades timorenses no exterior**, entre outros, em concreto:

1. Reforçar os meios disponibilizados às embaixadas e aos consulados da RDTL para a **prestação de serviços no domínio dos registos e notariado** e da emissão de passaportes aos cidadãos residentes fora do território nacional;
2. Fortalecer as relações de amizade, cooperação e solidariedade com todos os Estados, com base nos princípios constitucionais de soberania e independência, segundo o princípio de ***"não há aliados nem inimigos, todos serão unicamente e apenas amigos"*** – este será o lema do IX Governo Constitucional, que orientará as Relações Internacionais e a Política Externa, na atual e difícil conjuntura mundial;
3. **Finalizar as fronteiras terrestres e marítimas permanentes** com a Indonésia para completar a luta de Timor-Leste pela soberania plena sobre as suas terras e mares;
4. **Afirmar os laços de amizade e cooperação no espaço regional e à escala global**, com prioridade com quem Timor-Leste partilha fronteiras terrestres e marítimas: a Indonésia e a Austrália e os países com que partilha uma matriz identitária comum - histórica, cultural e linguística - designadamente os países da "Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP)";
5. **Priorizar a adesão à ASEAN**, desenvolvendo iniciativas com os países-membros da ASEAN com vista à promoção de reformas nacionais que vão ao encontro das diretrizes desta Associação, continuando todos os esforços para que Timor-Leste se torne membro efetivo de pleno direito desta organização;
6. **Aprofundar as relações históricas entre a Igreja Católica e Timor-Leste** para o bem comum e construção de uma sociedade que promova a dignidade da pessoa e fraternidade humana, a justiça e a paz, através da cooperação com a Santa Sé e a implementação do acordo bilateral assinado, a Concordata;

7. **Promover o multilateralismo** enquanto objetivo prioritário da política externa, face à complexidade da conjuntura internacional. Neste âmbito, o reforço de envolvimento junto da "Organização das Nações Unidas" será uma prioridade, valorizando-se os assuntos de interesse de Timor-Leste e na promoção dos "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", a participação construtiva na reforma do "Conselho de Segurança", bem como em temas centrais como as alterações climáticas, os assuntos do mar e a sustentabilidade dos oceanos, a "Economia Azul", a questão das migrações e refugiados, bem como iniciativas de cariz humanitário;
8. **Defender os princípios fundamentais do "Movimento dos Não Alinhados" e da "Carta das Nações Unidas",** na preservação e promoção da paz mundial, através do diálogo e da diplomacia entre os Estados e evitar o uso da força na resolução de conflitos.

Assim, o Governo, irá promover 12 tarefas para o desenvolvimento institucional da política externa, entre outras, a Comissão B evidencia 2 tarefas, designadamente:

1. **Harmonizar todos os compromissos internacionais** que vinculam o de Estado Timor-Leste e proceder à sua divulgação intersectorial, por forma a melhorar o profissionalismo e a acção do Estado, bem como cumprir as obrigações assumidas;
2. Aprovar o novo regime transitório dos funcionários permanentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC) para o quadro de pessoal da carreira Diplomática e **fortalecer o "Centro de Estudos Diplomáticos"**, enquanto serviço central do MNEC para promover a capacitação do quadro de pessoal da carreira diplomática.

A Comissão B considera as comunidades na diáspora como uma prioridade e, para responder às suas necessidades, é essencial racionalizar o número de embaixadas e alocar dotações orçamentais em conformidade.

Os "Serviços Periféricos Externos" do MNEC localizados em áreas com grandes comunidades timorenses devem ter prioridade na prestação de um novo conjunto de serviços de registo civil e notariado, apoiando efetivamente os nossos compatriotas no estrangeiro. Esta abordagem garante uma utilização eficiente dos recursos, ao mesmo tempo que se concentra na prestação de serviços essenciais aos cidadãos timorenses que vivem fora do país.

Com o número crescente de cidadãos timorenses a trabalhar no estrangeiro, é vital que o Governo dê prioridade à sua proteção e bem-estar. Isto implica o reforço dos serviços diplomáticos de Timor-Leste destacados no estrangeiro. Podem ser retiradas lições das experiências dos trabalhadores timorenses em Portugal que foram explorados por grupos de crime organizado, o que indica a necessidade de uma melhor proteção governamental. Uma vez que os trabalhadores timorenses também estão presentes em países como o Reino Unido, a Austrália e na Coreia do Sul, é essencial que os diplomatas de Timor-Leste tenham a capacidade de prestar a proteção e a

assistência necessárias, uma vez que garantir o bem-estar dos seus cidadãos é uma responsabilidade fundamental do Estado.

Em paralelo, no âmbito das Relações Internacionais, dada a actual complexidade da comunidade internacional, a política externa do Governo dá prioridade ao multilateralismo. No entanto, a Comissão B reconhece que o rumo primordial pela RDTL é forjar o seu próprio caminho, em específico, isto implica dar prioridade à associação estratégica com a Indonésia e a Austrália como principais Parceiros de Desenvolvimento na cooperação internacional. Além disso, as nações com laços históricos com a RDTL, nomeadamente: a Índia, a Malásia, as Filipinas, a Nova Zelândia e Portugal, revestem a necessidade de uma parceria especial que se deve firmar sob uma doutrina de prosperidade partilhada.

Enquanto membro observador da ASEAN, recomenda-se que Timor-Leste reforce e prepare recursos humanos em áreas estratégicas alinhadas com os "Pilares da ASEAN". Deste modo, isto permitirá a Timor-Leste participar ativamente nos fóruns da ASEAN, ter uma voz na tomada de decisões estratégicas e defender os seus interesses, beneficiando assim Timor-Leste e a ASEAN como um todo.

De modo a dar resposta à crescente procura de serviços diplomáticos e a melhorar a proteção dos cidadãos timorenses no estrangeiro, é crucial que o MNEC inicie o processo de recrutamento de novos diplomatas. Para além disso, é essencial contratar funcionários especializados e devidamente formados que possam oferecer o apoio necessário aos SPE de Timor-Leste. Isto irá garantir que o país tem o capital humano e os conhecimentos necessários para representar e proteger efetivamente os interesses dos seus cidadãos na comunidade internacional.

3.2 Apreciação do planeamento orçamental da PPL nas áreas da Comissão B

O tema proposto para o Orçamento Geral do Estado para 2024, *"Construir uma Ponte para o Amanhã: Investir no Sector Produtivo e no Capital Social"*, significa a essência da PPL, uma vez que estabelece as bases para os objectivos económicos do IX Governo Constitucional para os próximos cinco anos.

O critério primordial é colocado no investimento no sector produtivo e no capital social, indicando um compromisso para com a promoção do crescimento económico e a melhoria do bem-estar da população. O OGE 2024 destaca um investimento significativo no setor público e na construção de infraestruturas físicas, destacando a alocação de 411 milhões de dólares para despesas de Capital de Desenvolvimento. Contudo, a Comissão B identifica na PPL que as seguintes pré-condições, entre outras, são necessárias para cumprir a meta de crescimento do Governo, nomeadamente:

- ***Duplicar o crescimento agrícola*** *- O sector da Agricultura, Florestas e Pescas cresceu 5% em 2022. A fim de criar maiores oportunidades para as exportações e reduzir a dependência*

das importações de alimentos, as políticas e despesas governamentais devem ter como objetivo duplicar esta taxa de crescimento para 10% nos próximos anos.

- ***Melhorando a conectividade com a Internet*** *- O governo comprometeu-se a garantir a implementação de um cabo de fibra ótica que garantirá a disponibilidade de Internet de alta velocidade aos cidadãos até ao final de 2024. Isto deverá resultar em grandes melhorias na produtividade nos próximos anos. Pode facilitar a expansão do sector privado, proporcionando oportunidades para novas indústrias online.*
- ***Adesão à ASEAN*** *- A adesão ao bloco comercial ASEAN pode proporcionar novos mercados para os exportadores timorenses.*

Todavia, de especial relevo para a Comissão B, durante o primeiro ano de mandato, o Governo compromete-se a finalizar as fronteiras terrestres e marítimas com a Indonésia, assim, abordando e resolvendo questões nacionais de fronteiras terrestres e marítimas com a Indonésia, estritamente de acordo com o direito internacional.

***

A presente "Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2024" apresenta todas as receitas e despesas dos órgãos e serviços do "Setor Público Administrativo" para o período compreendido entre o dia 1 de janeiro e o dia 31 de dezembro de 2024, sendo composto pelo "Orçamento da Administração Central", pelo "Orçamento da Segurança Social" e pelo "Orçamento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno".

CATEGORIAS	OGE RECTIF.	OGE 2024	VAR. USD	VAR. %
DESPESA GLOBAL[4]	1.960.477.418	**2.237.618.655**	+277.141.237	+14,1%
Administração Central	1.633.000.000	**1.830.000.000**	+197.000	+12%
RAEOA	83.762.112	**60.000.000**	-23.762.112	-28,4%
Segurança Social	130.965.306	**142.618.655**	+11.653.349	+8,9%

CATEGORIA / RUBRICA	OGE 2023 RECT.	OGE 2024	VAR. USD	VAR. %
Salários e Vencimentos	433.004.989	**453.855.475**	+20.850.486	+4,8%
Bens e Serviços Correntes	349.366.622	**365.314.558**	+15.947.936	+4,6%
Transferências Públicas	569.537.785	**582.479.701**	+12.941.916	+2,3%
Capital Menor	49.568.488	**33.853.979**	-15.714.509	-31,7%
Capital de Desenvolvimento	231.522.116	**394.496.287**	+162.974.171	+70,4%

[4] Montante total relativo à Administração Central com Segurança Social (Fundo incluído) e RAEOA.

Neste enquadramento, a PPL apresenta determinadas taxas de imposto seletivo de consumo, bem como, a manutenção de isenções fiscais pelo qual em especial consideração pelas áreas de competência da Comissão se enaltece as medidas propostas para 2024, em concreto:

- Isenção do pagamento de impostos, taxas, direitos aduaneiros e demais imposições, bem como de retenção na fonte, entre outras, designadamente:
    - Para aquisição, pelo Estado ou por outras pessoas coletivas públicas, de armas e munições para a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), a Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) e as FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste;
    - Os pagamentos a realizar por conta de despesa relacionada com assistência médica no estrangeiro;
    - A introdução, em território nacional, de bens que sejam doados, ou utilizados na produção ou construção de bens que sejam doados à RDTL por Estados estrangeiros, ou por pessoas coletivas públicas de Estados estrangeiros ou por organizações internacionais;
    - Os rendimentos de agentes de cooperação de Estados estrangeiros, de pessoas coletivas públicas de Estados estrangeiros ou de organizações internacionais que desenvolvam a sua atividade ao abrigo de acordos celebrados com o Estado.

3.3 Apreciação da problemática da Lei de Programação Militar na PPL

A lei de programação militar refere-se ao quadro legal que regula ou determina os ciclos de desenvolvimento e o empenhamento operacional de objectivos militares das F-FDTL. Estas leis são normalmente implementadas para estabelecer directrizes para as actividades militares, garantir a segurança nacional, atribuir recursos, definir as funções e responsabilidades do efectivo militar e manter a transparência e a responsabilidade nas operações das F-FDTL.

O objetivo é o estabelecimento de um quadro jurídico no âmbito do qual as F-FDTL possam funcionar de forma eficaz e responsável para proteger os interesses e os cidadãos da RDTL, independentemente da liderança política em vigência.

Assim, a lei de programação militar permite que o sector da Defesa Nacional estabeleça os seus ciclos de objectivos de manutenção e de investimento militar que, posteriormente, são depois apresentados aos representantes legitimamente eleitos para aprovação. Uma vez aceites, estes objectivos são implementados de forma coerente e ininterrupta, permitindo que as F-FDTL funcionem de forma autónoma e sem pressões políticas externas. Deste modo, tal quadro legal ajuda a garantir a estabilidade e a eficácia do empenhamento militar, mantendo ao mesmo tempo uma separação clara entre as esferas militar e política.

É nestes termos que foi estabelecida a Lei N.º8/2023, de 5 de Abril, a "Lei de Programação Militar", que contem as previsões orçamentais das despesas públicas a efetuar em equipamentos, armamentos e outros meios nas F-FDTL, durante um quinquénio, no âmbito anual do OGE,

constituindo-se como o principal instrumento financeiro plurianual que materializa a estratégia de médio e longo prazo para a edificação das capacidades militares. Durante o prazo quinquenal de orçamentação estabelecido pela presente lei, a proposta anual de orçamento apresentada pelo departamento governamental com atribuições na área da defesa, na parte relativa à LPM, inclui obrigatoriamente o estabelecido para o ano em causa, respeitando-se o princípio da universalidade e da anualidade do OGE. Contudo, não se constata qualquer previsão orçamental para programação militar na Defesa nos termos da LPM, logo, observa-se o incumprimento da lei na "PPL" (artigos 8.º, 9.º e 10.º da LPM), em concreto:

- Não se observa um programa orçamental próprio ("programação militar"), com o financiamento para as despesas públicas a serem efetuadas em equipamentos, armamentos e outros meios das F-FDTL que, por conseguinte, qualificam-se como requisito legal nos termos da LPM, sem prejuízo da estabilidade e sustentabilidade orçamental do OGE;
- o montante obrigatório constante da tabela de 5 anos da LPM no OGE 2024, no montante total de US$ 35,462,805 milhões de dólares, está por submeter, em específico:
    - Força Naval com US$ 29,638,358 milhões de dólares;
    - Força Terreste com US$ 5,809,467 milhões de dólares;
    - Componente Aérea com US$ 14,980 USD mil dólares.

Nesta medida, considerando o supra referido, evidencia-se a obrigatoriedade da promoção de uma proposta de alteração, por parte da Comissão B, em respeito pela Programação Militar na PPL, em sede de Especialidade.

Por tal, com base no compromisso político e nas reacções recebidas durante as audições públicas, a Comissão B tenciona suspender a validade da Lei de Programação Militar para o ano de 2024. Esta decisão configura ao Ministério da Defesa tempo suficiente para propor as alterações necessárias à lei, em consonância com o seu programa oficial de Governo. A suspensão da lei cria um período de tempo adequado para abordar quaisquer alterações necessárias e garantir que a programação militar reflecte adequadamente as prioridades e os objectivos do Governo.

4. ANÁLISE SECTORIAL

Deste modo, em especial consideração apenas pelas áreas de competência da Comissão B, identifica-se as actuais alocações orçamentais, sob referência, em concreto:

ENTIDADE / TÍTULO	OGE 2023	% EXEC[5]	OGE RECTIF.	OGE 2024	VAR. USD	VAR. %
042: SNI	1.973.126	87%	1.973.126	2.684.182	+711.056	+36%
081: GFM	1.200.686	76%	1.200.686	1.800.000	+599.314	+49%
014: MNEC	28.370.273	84%	29.050.273	30.279.565	+1.229.292	+4%
01441: Vice-Ministra ASEAN	-	NA	-	239.546	-	-
027: MD	22.088.548	84%	22.088.548	11.192.358	-10.896.190	-97%
028: F-FDTL	33.022.685	83%	33.992.685	35.110.177	+1.117.492	+3%
085: IDN	1.675.721	81%	1.675.721	1.151.802	-523.919	-31%
030: MI	9.984.484	75%	9.759.270	16.193.256	+6.433.986	+65%
03007: SEPC	405.962	NA	-	532.581	+126.619	+31%
031: PNTL	43.082.642	84%	46.576.122	47.701.715	+1.125.593	+2%
36616: SM	3.745.157	NA	-	2.278.787	-1.466.370	-39%
040: APC	14.594.038	80%	15.704.038	7.926.312	-7.777.726	-49%
078: Fundo Infraestruturas	202.743.720	40%	177.743.720	301.354.787	+123.611.067	+69%
Programa 366: Seg. Nacional	4.706.542	20.5%	3.706.542	2.856.920	-849.622	-22%
Programa 388: Def. Nacional	618.700	2%	618.700	398.260	-220.440	-35%

STAFF	GRAU												T
	G	F	E	D	C	B	A	T	ASSESS.	CASUAL	FDTL PNTL	OUTROS	
SNI	0	3	7	22	10	0	1	43	0	59	-	3	**105**
MD	1	4	31	28	19	7	1	91	1	17	-	8	**117**
FDTL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	3117	1	**3390**
IDN	-	-	-	1	-	-	-	1	-	44	-	7	**52**
MI	10	24	88	63	34	17	3	239	2	52	-	32	**326**
PNTL	8	27	13	5	-	1	-	54	-	149	3995	7	**4205**
APC	1081	465	730	166	32	10	-	2484	-	10	1	5	**2515**
MNEC	1	5	20	89	50	61	37	263	2	16	-	15	**296**
GFM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	-	10	**16**

[5] Elementos de informação disponíveis no "Portal da Transparência" a 29 de novembro de 2023.

4.1 SERVIÇO NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (SNI)

4.1.1 SNI – PROGRAMAS E CATEGORIAS

O Serviço Nacional de Inteligência tem um Orçamento de US $2,684,182 de dólares para financiar 2 programas, 3 subprogramas e 3 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	VAR. QUANT.	VAR %
Programa 366: Segurança Nacional	860,291	1,036,484	**1,614,580**	+578,096	+35%
Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional	546,209	491,337	**1,069,602**	+578,265	+54%
DESPESA TOTAL	1,406,500	1,527,821	**2,684,182**	+1,156,361	+75%

SNI	GRAU											T
	G	F	E	D	C	B	A	T	A.POLIT.	CASUAL	OUT.	
Funcionários	0	3	7	22	10	0	1	43	0	59	3	**105**

4.1.2 SNI – PLANO ANUAL

- Atividade 3660601: Realizar as atividades de Inteligência, sob o indicador de produção de 12 relatórios de inteligência em 2024
- Atividade 5100112: Apoio Jurídico
- Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística

2.32. 040: Serviço Nacional de Inteligência

Código	Categoria Rúbrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**1,106,175**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	1,009,875
50102	Abonos Variáveis e Eventuais	96,300
502	**Bens e Serviços Correntes**	**1,235,507**
50209	Material de Escritório	17,000
50210	Combustível	104,196
50215	Outros Bens Correntes	30,000
50216	Limpeza e Segurança	594,656
50217	Manutenção	79,120
50218	Serviços Públicos	47,520
50219	Comunicações	50,880
50220	Transportes	77,940
50221	Catering	12,000
50224	Serviços Profissionais	62,798
50232	Ajudas de custo	159,397
504	**Capital menor**	**342,500**
50401	Acquisição de Bens de Capital Móvel	342,500
	TOTAL	2,684,182

4.1.3 SNI - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 20236

SNI	$2,146,761.00	$3,800.00	$324,802.25	$1,555,466.34	$262,692.41	87.6%
SUB-PROGRAM	**Orçamento**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Exec. %**
Serviços de Inteligência	$1,210,119.00	$3,800.00	$56,374.50	$962,628.19	$187,316.31	84.2%
Funcionamento Institucional	$12,250.00	$.00	$.00	$12,250.00	$.00	100.0%
Desenvolvimento Institucional	$924,392.00	$.00	$268,427.75	$580,588.15	$75,376.10	91.8%

CATEGORIAS	**Orçamento**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Exec. %**
Salarios e Vencimentos	$814,129.00	-	$10,500.00	$716,974.93	$86,654.07	89.4%
Bens e Servicos	$802,327.00	$3,800.00	$65,651.75	$575,603.12	$157,272.13	79.9%
Capital Minor	$374,500.00	-	$248,650.50	$124,420.00	$1,429.50	99.6%
Transferencia Publicas	$155,805.00	-	-	$140,280.00	$15,525.00	90.0%

[6] Informação disponibilizada no "Portal da transparência", a 29 de novembro de 2023.

4.2 GABINETE DAS FRONTEIRAS TERRESTRES E MARÍTIMAS

4.2.1 GFM – ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

O Conselho para a delimitação definitiva das fronteiras marítimas tem um Orçamento de **US$1,800,000 dólares** para financiar 4 programas, 10 subprogramas e 25 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	VAR. QUANT.	VAR %
030: Assegurar fronteiras terrestres e marítimas permanentes com a Indonésia	445,204	453,100	484,833	+31,733	7%
Programa 152: Estabelecer o Gabinete das Fronteiras Marítimas como um Centro de Excelência sobre Fronteiras Marítimas e jurisdição marítima de Timor-Leste – Economia Azul	144,000	203,186	172,293	-30,893	-15%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	391,521	544,400	603,735	+59,335	+10%
A34: Promoção da Economia Azul de Timor-Leste	-	-	539,139	-	-
DESPESA TOTAL	**980,725**	**1,200,686**	**1,800,000**	**+599,314**	**+49%**

GFM	GRAU											T
	G	F	E	D	C	B	A	T	A.POLIT.	CASUAL	OUT.	
Funcionários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	10	16

4.2.2 GFM - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2023[7]

GFM	$1,255,021.00	$51,042.23	$50,158.11	$908,423.91	$245,396.75	76.4%
SUB-PROGRAM	**Orçamento**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Exec. %**
Assegurar fronteiras terrestres permanentes com a Indonésia	$397,155.00	$.00	$2,540.00	$311,836.05	$82,778.95	79.2%
Assegurar fronteiras marítimas permanentes com a Indonésia	$102,280.00	$.00	$1,097.00	$41,843.85	$59,339.15	42.0%
Estabelecimento de uma biblioteca digital e base de dados sobre fronteiras marítimas	$30,286.00	$2,222.23	$16,382.88	$10,172.66	$1,508.23	87.7%
Promover o conhecimento nacional e internacional sobre o processo de obtenção de fronteiras terrestres e marítimas	$96,600.00	$2,350.00	$1,335.00	$54,046.65	$38,868.35	57.3%

[7] Informação disponibilizada no "Portal da transparência" a 30 de novembro de 2023.

Promoção da Economia Azul de Timor Leste	$76,300.00	$.00	$.00	$51,634.12	$24,665.88	67.7%
Desenvolvimento Institucional	$552,400.00	$46,470.00	$28,803.23	$438,890.58	$38,236.19	84.7%

CATEGORY	Orçamento	Compromissos	Obrigações	Real	Saldo	Exec. %
Salarios e Vencimentos	$149,817.44	$.00	$.00	$113,333.44	$36,484.00	75.6%
Bens e Servicos	$1,041,203.56	$2,222.23	$50,158.11	$788,047.21	$200,776.01	80.5%
Capital Menor	$64,000.00	$48,820.00	$.00	$11,145.00	$4,035.00	17.4%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$4,101.74	$4,101.74	.0%

2.94. 118: Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas

Código	Categoria Rúbrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**410,044**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	349,623
50103	Contribuição para a Segurança Social como Entidade Empregadora	60,421
502	**Bens e Serviços Correntes**	**1,362,455**
50209	Material de Escritório	21,458
50210	Combustível	8,542
50216	Limpeza e Segurança	16,000
50217	Manutenção	10,000
50219	Comunicações	30,000
50220	Transportes	37,000
50221	Catering	25,040
50224	Serviços Profissionais	892,993
50225	Representação	58,000
50226	Publicação, Cópia e Impressão	172,422
50230	Rendas	8,000
50232	Ajudas de custo	83,000
504	**Capital menor**	**27,501**
50401	Acquisição de Bens de Capital Móvel	27,501
	TOTAL	**1,800,000**

4.3 MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO (MNEC)

4.3.1 MNEC – ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

O MNEC tem um Orçamento de **US $30,279,565** dólares para financiar 2 programas, 9 subprogramas e 17 atividades, incluindo:

- **US $239,546** alocados ao "Gabinete da Vice-Ministra para os Assuntos da ASEAN";
- **US $98,050** alocados à "Agência de Cooperação de Timor-Leste (ACT-L)";
- **US $56,200** alocados ao "Gabinete de Enviado Especial para Alteração Climática".

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	VAR. QUANT.	VAR %
400: Política Externa de Timor-Leste	19,212,155	22,814,546	24,274,955	+1,460,409	+6%
510: Funcionamento e desenvolvimento institucional	4,321,011	5,555,727	6,004,610	+448,883	+8%
DESPESA TOTAL	**23,533,166**	**28,370,273**	**30,279,565**	**+1,909,292**	**+6%**

MNEC	GRAU										T
	G	F	E	D	C	B	A	T	A.POLIT.	CASUAL	OUT.	
Funcionários	1	5	20	89	50	61	37	263	2	16	15	296

Em sede de "Dotação Geral do Estado (DTG)", entre outras matérias, no domínio da política externa do Estado e boa governação e gestão institucional, evidencia-se as seguintes alocações orçamentais, nomeadamente:

ALOCAÇÕES EM DTG	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	VAR. QUANT.	VAR %
Atividade 4000704: Adesão a ASEAN	500,000	5,000,000	3,287,180	-1,712,820	-34%
Atividade new_act5149: Intercâmbio cultural de influência da comunidade portuguesa	-	-	250,000	-	-
Atividade 4001206: Apoio às reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	500,000	700,000	380,000	-320,000	-45%
Atividade 4001207: Quotas de membro de Instituições Internacionais	6,882,089	5,287,668	4,000,993	-1,286,675	-24%
Atividade 4001208: Contribuição Cooperação e parcerias G7+	-	1,000,000	2,000,000	-	-

Atividade new_act1882: Visita Pastoral do Santo Padre	-	300,000	-	-	-
Atividade new_act1880: Promoção dos Investimento Externo	-	250,000	-	-	- 100%

2.11. 014: Ministério dos Negocios Estrangeiros e Cooperação

Código	Categoria Rúbrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**15,299,361**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	15,022,116
50102	Abonos Variáveis e Eventuais	277,245
502	**Bens e Serviços Correntes**	**13,980,204**
50204	Bens Públicos	295,210
50209	Material de Escritório	148,120
50210	Combustível	152,924
50216	Limpeza e Segurança	177,716
50217	Manutenção	907,835
50218	Serviços Públicos	169,648
50219	Comunicações	190,880
50220	Transportes	1,547,663
50221	Catering	140,000
50222	Assistência Técnica e Conservação	3,864,935
50224	Serviços Profissionais	361,083
50225	Representação	1,023,247
50226	Publicação, Cópia e Impressão	47,637
50227	Serviços Financeiros	10,534
50228	Serviços de Saúde	403,205
50229	Outros Serviços Correntes	568,300
50230	Rendas	3,039,679
50232	Ajudas de custo	931,588
504	**Capital menor**	**1,000,000**
50401	Acquisição de Bens de Capital Móvel	1,000,000
	TOTAL	**30,279,565**

2.11.1. 01401: Gabinete do Ministério de Negócio Estrangeiro e Cooperação

Código	Categoria Rúbrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**304,661**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	304,661
502	**Bens e Serviços Correntes**	**81,694**
50225	Representação	81,694
	TOTAL	**386,355**

2.11.2. 01402: Agência de Cooperação de Timor Leste, ACTL

Código	Categoria Rúbrica	Valor
502	**Bens e Serviços Correntes**	**98,393**
50209	Material de Escritório	1,750
50210	Combustível	1,400
50217	Manutenção	2,093
50222	Assistência Técnica e Conservação	44,266
50225	Representação	1,400
50227	Serviços Financeiros	734
50229	Outros Serviços Correntes	1,750
50230	Rendas	45,000
	TOTAL	**98,393**

No âmbito do MNEC, regista-se a alocação orçamental proposta relativamente à representação de Timor-Leste a nível bilateral, regional e multilateral nos serviços periféricos externos, designadamente:

SERVIÇOS PERIFÉRICOS EXTERNOS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	VAR. QUANT.	VAR %
Embaixada – Austrália	204,110	226,000	415,884	+189,884	+84%
Consulado Geral em Sidney	118,745	126,506	138,554	+12,048	+9%
Consulado - Darwin	127,700	138,000	172,794	+34,794	+25%
Embaixada - Nova Zelândia	165,470	184,400	188,906	+4,506	+2%
Embaixada – Indonésia	146,490	179,750	480,430	+300,680	+167%
Consulado - Geral de Dempasar	114,235	249,500	158,450	-91,050	-36%
Consulado – Kupang	58,088	80,000	80,999	+999	+1%
Agente Consular de Atambua	69,745	74,500	125,800	+51,300	+68%
Embaixada – Malásia	181,125	199,500	150,450	-49,050	-24%
Embaixada – Filipinas	139,287	120,050	129,416	+9,366	+7%
Embaixada – Singapura	296,640	359,000	430,270	+71,270	+19%
Embaixada – Vietnam	138,765	147,306	211,956	+64,650	+43%
Embaixada – Tailândia	121,525	164,500	200,500	+36,000	+21%
Embaixada – Cambodja	141,278	147,503	200,032	+52,529	+35%
Embaixada – Laos	105,171	171,275	143,348	-27,927	-16%
Embaixada – Myanmar	100,411	133,200	126,246	-6,954	-5%
Embaixada – Brunei	123,655	135,164	133,331	-1,833	-1%
Embaixada – China	199,045	239,709	296,997	+57,288	+23%
Embaixada – Japão	245,985	272,000	287,214	+15,214	+5%
Embaixada – Coreia do Sul	214,780	228,850	224,415	-4,435	-1%
(MP) Missão Permanente em NY	739,600	872,895	899,932	+27,037	+3%
Embaixada – EUA	359,230	461,900	361,402	-100,498	-21%
Embaixada – Cuba	127,800	155,088	161,788	+6,700	+4%
Embaixada - Brasil	100,590	123,000	189,705	+66,705	+54%
MP em Genebra	180,920	246,579	270,098	+23,519	+9%
MP para CPLP e UNESCO	175,105	256,100	233,275	-22,825	-8%
Embaixada - Portugal	257,490	270,000	395,244	+125,244	+46%
Embaixada – Reino Unido	385,000	415,620	500,678	+85,058	+20%

Embaixada – Bélgica	362,730	445,896	656,235	+210,339	+47%
Embaixada - Vaticano	168,470	176,800	263,714	+86,914	+49%
Embaixada – Moçambique	126,830	169,499	248,252	+78,753	+46%
Atividade new_act1447: Representar Timor-Leste e os Paises menos desenvolvidos nos foruns multilaterais e nas discussões sobre perdas e estragos relacionados às mudanças climáticas	-	83,254	56,200	-27,054	32%
DESPESA TOTAL	**5,996,015**	**7,253,344**	**8,532,515**	**+2,277,172**	**+31%**

4.3.2 MNEC – PLANO ANUAL

- **Atividade 4000101:** Representação de Timor Leste a nível Bilateral Regional e Multilateral
  - Expandir áreas de cooperação com países anfitriões e organizações nacionais e internacionais para ganhar apoio à adesão de Timor-Leste como membro das Organizações Internacionais e Regionais;
  - Ser membro de pleno direito da ASEAN;
  - Fortalecer relações entre Povos no âmbito de intercâmbios culturais, sócio-económicos e atrair o interesse de investidores sobre as potencialidades de investimento em Timor-Leste.
- **Atividade 4000301:** Assegurar os sistemas administrativos e operacionais
  - Estrutura da ACTL na sede estabelecida;
  - Consolidação e execução de cooperação de acordo com a politica definida pelo Estado.
- **Atividade 4000403:** Visitas de Estado, Visitas Oficiais e Visitas de Trabalho.
- **Atividade new_act1928:** Implementar o Roteiro para a adesao a ASEAN
- **Atividade 4001103:** Gestão e enquadramento do regime de carreira diplomática e técnico-administrativo
- **Atividade 4001104:** Coordenação e Assistencia aos Serviços Perifericos Externos
- **Atividade 4001201:** Participar ativamente nas atividades das Nações Unidas, regionais e internacionais
- **Atividade 4001205:** Representar Timor-Leste e os Paises menos desenvolvidos nos forums multilaterais e nas discucões sobre perdas e estragos relacionados à mudanças climáticas
- **Atividade new_act1919:** Realizar visitas de Estado, Oficias e de Trabalho e assegurar a coordenação de assuntos de natureza político-diplomática e a execução da política externa da RDTL no plano das relações bilaterais da ÁSIA e OCEÂNIA
- **Atividade new_act1921:** Revitalizar e expandir a representação de natureza político diplomática e executar a política externa da RDTL ÁSIA e OCEÂNIA

- **Atividade new_act1923:** Realizar visitas de Estado, oficias e de trabalho e assegurar coordenação de assuntos de natureza político-diplomática e a execução da política externa da RDTL no plano das relações bilaterais das AMERICA , EUROPA e AFRICA
- **Atividade 5100108:** Planeamento, desenvolvimento estratégico e orientação política
    - Plano anual e plano de Orçamento implementadas em consonância com o PEDN;
    - Regulação e Controle de Qualidade, e apoio juridico;
    - Manter a paridade de género na politica geral do MNEC;
- **Atividade 5100205:** Planeamento, monitorização e estatísticas
- **Atividade 5100206:** Gestão de recursos Humanos
- **Atividade 5100211:** Aprovisionamento e gestão de contratos
- **Atividade 5100212:** Gestão de sistemas de informação e de comunicação
- **Atividade 5100213:** Administração Geral
    - Servicos administrativos e financeiro de qualidade na Sede e serviços periféricos externos;
    - Funcionários de carreira diplomática e administrativos do MNEC com elevado grau de profissionalismo e responsabilidade;
    - Recrutamento de 55 novos funcionarios e Formação continua e especializada de funcionários;
- **Atividade 5102001:** Regulação e Controlo de Qualidade

4.3.3 MNEC - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2023[8]

MNEC	$29,176,698.00	$203,729.22	$1,141,375.09	$23,858,122.49	$3,973,471.20	85.7%
SUB-PROGRAM	**Orçamento**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Exec. %**
Defender e promover os interesses de Timor Leste no estrangeiro	$7,732,882.32	$31,633.57	$256,569.89	$7,300,027.00	$144,651.86	97.7%
Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ACTL	$96,050.00	-	-	-	$96,050.00	-
Coordenação de Assuntos Bilaterais e Multilaterais	$231,798.00	-	$31,739.00	$89,757.80	$110,301.20	52.4%
Facilitação e coordenação institucional na execução da política externa	$14,250,761.11	$69,942.80	$229,366.12	$12,718,638.20	$1,232,813.99	90.8%
Reforçar e fortalecer a gestão e representação dos assuntos de caráter multilateral e regional	$413,615.00	$2,017.05	$108,808.80	$215,584.25	$87,204.90	78.4%
Gestão da Coordenação dos Assuntos Bilaterais	$590,850.00	-	$21,763.00	$318,013.35	$251,073.65	57.5%
Funcionamento Institucional	$120,870.00	-	-	$2,440.00	$118,430.00	2.0%
Desenvolvimento Institucional	$5,567,507.57	$94,079.09	$493,128.28	$3,129,703.57	$1,850,596.63	65.1%

[8] Informação disponibilizada no "Portal da transparência" a 30 de novembro de 2023.

Realização Actos Eleitorais	$100,000.00	$6,056.71	-	$65,459.32	$28,483.97	65.4%
Regulação e Controlo de Qualidade	$72,364.00	-	-	$18,499.00	$53,865.00	25.6%

Categoria	Orçamento	Compromissos	Obrigações	Real	Saldo	Exec. %
Salarios e Vencimentos	$16,671,505.57	$75,539.18	$255,613.72	$15,192,821.16	$1,147,531.51	92.7%
Bens e Servicos	$11,752,496.00	$128,190.04	$885,761.37	$8,387,164.87	$2,351,379.72	78.9%
Capital Menor	$752,696.43	-	-	$289,196.43	$463,500.00	38.4%
Current Liabilities	-	-	-	-$11,059.97	$11,059.97	-

Entidade	Orçamento	Compromissos	Obrigações	Real	Saldo	Exec.%
Gabinete do MNEC	$116,706.00	$.00	$.00	$17,378.00	$99,328.00	14.9%
ACT-L	$96,050.00	$.00	$13,475.00	$69,525.00	$13,050.00	86.4%
Gabinete de Enviado Especial para Alteração Climática	$83,254.00	$.00	$17,618.00	$35,459.60	$30,176.40	63.8%
Gabinete de Inspeção e Auditoria	$72,364.00	$.00	$.00	$18,499.00	$53,865.00	25.6%
Secretário-Geral	$19,851,982.68	$170,078.60	$722,494.40	$15,896,423.09	$3,062,986.59	83.7%
Direção Geral para os Assuntos Bilaterais	$590,850.00	$.00	$21,763.00	$318,013.35	$251,073.65	57.5%
Direção Geral para os Assuntos Multilaterais e Regionais	$330,361.00	$2,017.05	$91,190.80	$180,124.65	$57,028.50	82.1%
Direção Geral dos Assuntos Consulares e Protocolo	$231,798.00	$.00	$31,739.00	$89,757.80	$110,301.20	52.4%
Missão Permanente em Nova Iorque	$999,589.89	$.00	$126,694.89	$864,978.00	$7,917.00	99.2%
Embaixada Lisboa	$270,000.00	$.00	$.00	$262,495.00	$7,505.00	97.2%
Embaixada Jacarta	$369,751.00	$.00	$.00	$349,500.00	$20,251.00	94.5%
Consulado Geral de Dempasar	$296,696.43	$.00	$.00	$284,150.43	$12,546.00	95.8%
Consulado Kupang	$80,000.00	$.00	$.00	$73,500.00	$6,500.00	91.9%
Embaixada Washington	$506,750.00	$.00	$44,850.00	$452,940.00	$8,960.00	98.2%
Embaixada Canberra	$226,000.00	$.00	$.00	$221,981.89	$4,018.11	98.2%
Consulado Geral em Sidney	$126,506.00	$.00	$.00	$119,010.00	$7,496.00	94.1%
Consulado Darwin	$138,000.00	$.00	$.00	$131,818.00	$6,182.00	95.5%
Embaixada Kuala Lumpur	$211,550.00	$.00	$6,550.00	$198,000.00	$7,000.00	96.7%
Embaixada Bruxelas	$445,896.00	$.00	$.00	$437,012.00	$8,884.00	98.0%
Embaixada Banguecoque	$164,500.00	$.00	$.00	$161,023.05	$3,476.95	97.9%
Embaixada Tóquio	$272,000.00	$.00	$.00	$264,218.76	$7,781.24	97.1%
Embaixada Pequim	$239,709.00	$.00	$.00	$236,557.10	$3,151.90	98.7%
Embaixada Maputo	$169,499.00	$.00	$.00	$163,101.60	$6,397.40	96.2%
Embaixada Havana	$155,088.00	$.00	$.00	$144,588.00	$10,500.00	93.2%
Embaixada Manila	$130,050.00	$.00	$10,000.00	$117,397.73	$2,652.27	98.0%
Missão Permanente em Genebra	$246,579.00	$.00	$.00	$239,556.00	$7,023.00	97.2%
Embaixada Vatican	$176,800.00	$.00	$.00	$166,277.00	$10,523.00	94.0%
Embaixada Brasilia	$123,000.00	$.00	$.00	$108,500.00	$14,500.00	88.2%

Embaixada Seoul	$248,850.00	$.00	$20,000.00	$221,279.79	$7,570.21	97.0%
Missão Permanente para CPLP e Unesco	$333,100.00	$.00	$.00	$328,599.06	$4,500.94	98.6%
Embaixada Singapore	$359,000.00	$.00	$.00	$349,249.00	$9,751.00	97.3%
Embaixada Vietnam	$162,306.00	$.00	$15,000.00	$141,431.00	$5,875.00	96.4%
Agência Consular Atambua	$74,500.00	$.00	$.00	$70,018.98	$4,481.02	94.0%
Embaixada London	$435,620.00	$.00	$20,000.00	$406,640.00	$8,980.00	97.9%
Embaixada Nova Zelandia	$184,400.00	$.00	$.00	$175,913.04	$8,486.96	95.4%
Embaixada Laos	$171,275.00	$.00	$.00	$169,186.91	$2,088.09	98.8%
Embaixada Myanmar	$133,200.00	$31,633.57	$.00	$95,850.00	$5,716.43	72.0%
Embaixada Cambodia	$147,503.00	$.00	$.00	$143,144.17	$4,358.83	97.0%
Embaixada Brunei	$135,164.00	$.00	$.00	$132,585.49	$2,578.51	98.1%
Gabinete da Vice Ministra para os Assuntos da ASEAN	$70,450.00	$.00	$.00	$2,440.00	$68,010.00	3.5%

4.3.4 MNEC - ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO

Em 2024, os parceiros de desenvolvimento pretendem fornecer US$ 177,8 milhões de dólares em assistência não financeira. Em 2024, os cinco grupos de doadores que estão programados para desembolsar os montantes mais elevados de "financiamento não-empréstimo" e de "apoio orçamental não-direto" são os seguintes:

- Governo da Austrália (53,1 milhões de dólares; 30% do total),
- Japão (35,5 milhões de dólares; 20% do total)
- as Nações Unidas (22,4 milhões de dólares; 13% do total);
- os Estados Unidos da América (11,2 milhões de dólares; 6% do total)
- e a Coreia do Sul (10,5 milhões de dólares; 6% do total).

Grupo de Agências	2022	2023	2024
Governo da Austrália	54,597,781	44,342,169	53,069,769
ONU – Nações Unidas	24,887,402	9,649	22,370,629
OMS	-	5,726,502	-
UNICEF	-	9,189,666	-
WFP – Programa Mundial de Alimentos	-	4,534,128	-
UNFPA	-	2,470,000	-
UN Women	-	945,402	-
UNDP	-	55,523	-
Portugal	18,024,594	15,386,015	2,561,685
Japão	13,129,504	3,227,121	35,456,058
JICA	-	10,978,912	-
UE - União Europeia	10,132,393	6,731,016	-

Nova Zelândia	8,230,356	10,537,875	9,162,296
Estados Unidos da América	8,148,501	3,249,653	11,206,913
Coreia do Sul	6,533,132	11,273,901	10,504,770
Banco Mundial	5,794,865	8,753,238	10,257,768
Fundo Verde para o Clima	5,381,166	5,618,000	7,133,431
Fundo Global	5,062,255	7,982,786	5,198,202
Execução da Alemanha/GIZ	4,180,421	-	-
ADB	2,300,000	1,250,000	4,957,300
GEF (Fundo Fiduciário para o Meio-Ambiente)	1,112,723	351,937	117,882

10 principais projectos de Parceiros de Desenvolvimento em 2024 com os maiores desembolsos não relacionados com empréstimos programados.

título do projeto	Parceiro de Desenvolvimento	Subpilares do PED	24 Total do plano em milhares de dólares
O Projeto de Melhoria do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato	Japão	AEROPORTOS	22.169
Parceria para Fortalecer o Desenvolvimento das Aldeias e a Administração Municipal (PARTISIPA)	Austrália	DESENVOLVIMENTO RURAL	9.076
Austrália - Parceria de Timor-Leste para o Desenvolvimento Humano - Sector da Saúde	Austrália	SAUDE	8.241
Programa Australiano de Cooperação com ONGs (ANCP)	Austrália	Agricultura, educação e formação, saúde, justiça, gestão do sector público e boa governação, inclusão social, água e saneamento	7.543
Uma parceria para a Prosperidade Inclusiva / Paseria ba Prosperidade Inkuzivu (PROSIVU)	Austrália	GESTAO DO SETOR PÚBLICO E BOA GOVERNANÇA	6.781
Sustentabilidade dos Sistemas Locais de Saúde (LHSS)	EUA	SAUDE	6.000
Salvaguardar as comunidades rurais e os seus bens físicos contra desastres induzidos pelo clima em Timor-Leste. 107294	Projeto do PNUD financiado pelo GCF	DESENVOLVIMENTO RURAL	5.042
Projeto de Fortalecimento e Transformação da Educação Básica	Banco Mundial	EDUCAÇAO E TREINAMENTO	3.819
Respostas conjuntas abrangentes ao VIH/SIDA e à TB em Timor-Leste	Fundo Global	SAUDE	3.688
Programa de Desenvolvimento da Polícia de Timor Leste (TLPDP)	Austrália	SEGURANÇA	3.566

O Governo de Timor-Leste já recebeu anteriormente apoio orçamental direto da União Europeia, do Governo da Austrália e da Organização Internacional do Trabalho (apoio pontual em 2020). O DBS é considerado um financiamento porque utiliza sistemas governamentais (o dinheiro é colocado directamente nos cofres do Tesouro) e dentro do orçamento, onde o financiamento é utilizado directamente pelos ministérios beneficiários.

Resumo do DBS em 2024

Apoio Orçamental dos Doadores	Programa governamental	Quantia
Austrália	Bolsa de Mae Jerasaun Foun	US$ 6.935.250
	PNDS	US$ 4.695.660
	Programa de Mobilidade Laboral	US$ 890.240
Totais da Austrália		***US$ 12.521.150***
União Europeia [1]	Descentralização	US$ 2.700,00
Total		**US$ 15.221.150**

Assistência Externa por Instituição Beneficiária da RDTL

Agencia do governo	Desembolso planejado em milhares de dólares 2024-2026			Contagem de projetos
	2024	2025	2026	
Ministério da Saúde	35.832	25.255	16.435	25
Ministério dos Transportes e Comunicações	26.833	13.585	12.139	13
Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas	16.474	7.979	4.924	21
Ministério das Obras Públicas	15.753	9.577	1.553	20
Ministro da Educação	14.635	13.792	5.398	12
Ministério do Interior	7.377	8.574	592	11
Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura	6.417	4.503	718	11
Ministério da Solidariedade Social e Inclusão	5.942	5.201	3.776	10
Ministério da Administração Estatal	5.850	5.420	684	4
Presidência do Conselho de Ministros	5.642	4.345	2.886	10
Ministério do Ensino Superior e Ciência	5.624	4.162	2.467	13
Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos	5.027	3.287	2.424	8
Ministério do Turismo e Meio Ambiente	1.941	294	99	6
Instituição RDTL não especificada	4.430	3.702	1.946	7
Ministério das Finanças	3.309	4.902	631	9
Ministério do Comércio e Indústria	1.846	1.743	0	4
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	1.738	1.725	684	3
Gabinete do Primeiro Ministro	950	0	0	1
Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária	814	814	631	1
ministro da Justiça	681	77	0	4
Parlamento Nacional	520	0	0	1
Comissão Nacional Eleitoral	277	0	0	1
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	146	0	0	2
Setor não governamental	9.714	9.483	9.446	7
Total	**177.823**	**128.422**	**67.432**	**144a -**

a refere-se a projetos únicos, por exemplo, um projeto pode apoiar vários Ministérios.

4.4 MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)

4.4.1 MD - ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

O Ministério da Defesa tem um Orçamento de **US $11,192,358 dólares** para financiar 3 programas, 5 subprogramas e 19 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	VAR. QUANT.	VAR %
388: Defesa Nacional	8,796,389	19,545,755	**6,483,855**	-13,061,900	-66%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	2,063,461	2,424,474	**4,616,431**	+2,191,957	+90%
980: Inclusão Social	74,881	118,319	**92,072**	-26,247	-22%
DESPESA TOTAL	10,934,731	22,088,548	**11,192,358**	-10,896,190	-49%

FUNCIONÁRIOS	GRAU												T
	G	F	E	D	C	B	A	T	A.POLIT.	CASUAL	FDTL	OUT.	
MD	1	4	31	28	19	7	1	91	1	17	-	8	**117**
F-FDTL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	**3117**	1	**3390**
IDN	-	-	-	1	-	-	-	1	-	44	-	7	**52**

4.4.2 MD – PLANO ANUAL

- Atividade 3880607: Cooperação Defesa e Militar
  - 5 acordos de cooperação internacionais
- Atividade 3880608: Desenvolver Sistema de Comando e Controle
- Atividade 3880609: Desenvolver e Capacitar Sistema Autoridade Maritima
- Atividade 3880610: Construção Novas infraestruturas Defesa e Militar
- Atividade 3880611: Aquisição de Equipamentos e Materiais para os Militares
- Atividade 3880612: Reparação e Manutenção de infraestruturas, equipamentos e Armamentos militares
  - Edificios: Ministério da Defesa e Quartel-General F-FDTL
- Atividade 3880613: Reparação e Manutenção Equipamentos (Barco) Militares
  - 2 Barcos (Jaco e Betano) e 8 Botes
- Atividade new_act1946: Cooperação Civil-Militar na área da assistência humanitária e de apoio à população
- Atividade new_act1947: Elaborar projeto das Jornadas da Juventude no âmbito de segurança e desenvolvimento nacional

- Atividade 3880701: Formação e capacitação recursos humanos MD e F-FDTL
- Atividade 5100108: Planeamento, desenvolvimento estratégico e orientação política
- Atividade 5100109: Inspeção, fiscalização e auditoria
- Atividade 5100112: Apoio Jurídico
- Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística
- Atividade 5100204: Gestão Património
- Atividade 5100206: Gestão de recursos humanos
- Atividade 5100209: Organização e gestão de eventos
- Atividade 5100211: Aprovisionamento e gestão de contratos
- Atividade 9802806: Promoção de capacidade de liderança das Mulheres nas F-FDTL
    - Participação para 232 mulheres no treinamento de habilidades em liderança e gestão, em complemento, com operações de consolidação da paz e demonstrando consciência de proteção civil com perspectiva de género.

2.20. 028: Ministério da Defesa

Código	Categoria Rúbrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**1,739,603**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	1,739,603
502	**Bens e Serviços Correntes**	**6,402,755**
50203	Vestuário e Artigos Pessoais	150,000
50209	Material de Escritório	173,160
50210	Combustível	630,000
50216	Limpeza e Segurança	25,000
50217	Manutenção	1,400,000
50218	Serviços Públicos	250,000
50219	Comunicações	400,000
50220	Transportes	194,765
50222	Assistência Técnica e Conservação	36,000
50224	Serviços Profissionais	508,000
50225	Representação	308,491
50226	Publicação, Cópia e Impressão	199
50229	Outros Serviços Correntes	1,115,755
50230	Rendas	123,500
50232	Ajudas de custo	1,087,885
503	**Transferências Públicas**	**300,000**
50312	Ativos financeiros	300,000
504	**Capital menor**	**750,000**
50401	Acquisição de Bens de Capital Móvel	750,000
505	**Capital de desenvolvimento**	**2,000,000**
50501	Aquisição de bens de capital fixo	2,000,000
	TOTAL	**11,192,358**

4.4.3 MD - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2023[9]

MD	$22,088,548.00	$324,468.06	$12,002,019.23	$6,667,327.62	$3,094,733.09	84.5%
SUB-PROGRAM	**Orçamento**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Exec. %**
Defesa Militar	$19,074,992.00	$273,325.06	$11,894,686.78	$4,571,716.45	$2,335,263.71	86.3%
Formação e desenvolvimento de recursos humanos na área de defesa e segurança	$485,863.00	$12,558.00	$1,651.20	$368,370.63	$103,283.17	76.2%
Funcionamento Institucional	$966,288.00	$.00	$.00	$637,284.79	$329,003.21	66.0%
Desenvolvimento Institucional	$1,443,086.00	$38,585.00	$105,681.25	$1,006,090.03	$292,729.72	77.0%
Implementação do NAP Resolução 1325 2000 da ONU sobre WPS	$118,319.00	$.00	$.00	$83,865.72	$34,453.28	70.9%

CATEGORIAS	**Orçamento**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Exec. %**
Salarios e Vencimentos	$2,274,617.00	$42,496.38	$.00	$1,448,670.83	$783,449.79	63.7%
Bens e Servicos	$8,288,888.65	$187,152.40	$3,696,763.28	$3,308,953.94	$1,096,019.03	84.5%
Capital Minor	$9,888,042.35	$67,977.28	$8,059,665.00	$1,432,073.65	$328,326.42	96.0%
Capital Desenvolvimento	$1,281,000.00	$.00	$242,241.00	$209,621.64	$829,137.36	35.3%
Transferencia Publicas	$356,000.00	$26,842.00	$3,349.95	$276,534.55	$49,273.50	78.6%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$8,526.99	$8,526.99	.0%

4.4.4 MD – PLANO DE INFRAESTRUTURAS

Actualmente, na PPL, sem dados disponíveis nos livros orçamentais sobre as infraestruturas. Contudo, no OGE 2023 ficaram previstos 24 projetos de defesa nacional, nomeadamente:

PROJECTO		**VALOR**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**
DEFESA NACIONAL							
No.	**DEFESA NACIONAL (TOTAL)**	**157,871**	**4,078**	**619**	**33,733**	**65,417**	**41,585**
	F-FDTL / MD / IDN						
1	Hera – Estudo de viabilidade e desenho	999	600	**25**	849	50	-
5	Hera – Supervisão do Edifício de Comando	244	94	-	195	-	-
19	Hera – Construção do Edifício de Comando	4,897	100	-	1,650	2,657	490
24	Hera – Construção da Base Naval	90,000	0	-	18,000	36,000	27,000
2	Estudo de viabilidade e desenho de: 1. Colégio Militar 2. Paiol e depósito de arsenal para CT	1,000	1000	-	250	600	150

[9] Informação disponibilizada no "Portal da transparência", a 2 de dezembro de 2023.

PROJECTO		VALOR	2022	2023	2024	2025	2026
	e CN (Costa Sul) 3. Sistema de Faróis Nacionais 4. Bairro Militar						
3	Fatuhada – Supervisão novo edifício MD	319	100	-	255	32	-
16	Fatuhada – Construção novo edifício MD	6,388	200	-	1,916	3,633	639
4	Liquiça/Aileu – Supervisão edifício IDN	0	0	-	-	-	-
17	Liquiça/Aileu – Construção edifício IDN	30,000	1,000	-	6,000	9,000	11,500
6	Lahane – Supervisão Unidade FALINTIL	122	36	**25**	85	-	-
20	Lahane – Construção Unidade FALINTIL	1,589	500	**50**	1,091	180	159
7	Metinaro – Supervisão Casernas FDTL	86	30	**69**	-	-	-
21	Metinaro – Construção Casernas FDTL	1,757	436	**400**	176	879	-
8	Beduku – Supervisão Bairro Militar	687	52	-	481	137	-
22	Beduku – Construção Bairro Militar	14,676	250	-	1,500	11,459	1,468
9	Desenho – Bairro Militar de Baucau	180	-	**25**	112	18	-
10	Desenho – Posto de Apoio de Lore	380	-	**25**	292	38	-
11	Desenho – Paiol de Hera-Baucau	0	-	-	-	-	-
13	Pante Makasar – Construção Posto Militar	1,660	166	-	-	-	-
14	Ataúro - Instalação de linha de média tensão, novo transformador e extensão de linha de BT para Posto Militar	63	-	-	-	-	-
15	Contrução Edíficio da Polícia Militar	877	100	-	-	-	-
18	Metinaro - Construção CAS & CFT	145	15	-	131	15	-

4.5 FALINTIL – FORÇAS DE DEFESA DE TIMOR-LESTE (FDTL)

4.5.1 FDTL - ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

As F-FDTL têm um Orçamento de **US $35,110,177** dólares para 2024, para financiar 3 programas, 4 subprogramas e 7 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	VAR. QUANT.	VAR %
388: Defesa Nacional	22,930,372	14,960,829	15,246,023	+285,194	+1%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	2,566,861	18,031,856	19,814,154	+1,782,298	+9%
980: Inclusão Social	30,000	30,000	50,000	+20,000	+66%
DESPESA TOTAL	**25,527,233**	**33,022,685**	**35,110,177**	**+2,087,492**	**+6%**

4.5.2 FDTL – PLANO ANUAL

- Atividade 3880601: Garantir a Missão Operacional das F-FDTL
  - Rotação por 4 vezes dos destacados no território nacional
  - 7 Exercícios operacionais
- Atividade 3880606: Modernizar as Infraestruturas e Equipamentos Militares
- Atividade 3880607: Cooperação de Defesa Militar
- Atividade 3880901: Gestão de Recursos Humanos afetos a prestação de serviços
- Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística
  - Produzir documentação e proposta de legação de acordo com as orientações das FALINTIL-FDTL (Regulamento Interno, Diretivas, SOP ou NEP para normalizar o funcionamento dos componentes, unidades e órgãos)
- Atividade 510021L: Gestão de Recursos Humanos afetos a prestação de serviços F-FDTL
- Atividade 9802807: Socialização para incentivar as mulheres a serem militares e Implementar uma abordagem integrada da igualidade de Género

4.5.3 FDTL - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2023[10]

F-FDTL	$34,992,685.00	$860,546.74	$1,867,317.89	$27,780,270.22	$4,484,550.15	84.7%
SUB-PROGRAM	**Orçamento**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Exec. %**
Defesa Militar	$14,740,733.00	$831,884.85	$1,121,917.69	$11,512,599.41	$1,274,331.05	85.7%
Recursos Humanos afeto à Prestação de Serviços	$220,000.00	$.00	$27,072.00	$155,150.60	$37,777.40	82.8%

[10] Informação disponibilizada no "Portal da transparência", a 2 de dezembro de 2023.

Funcionamento Institucional	$311,107.00	$.00	$10,500.00	$218,620.20	$81,986.80	73.6%
Desenvolvimento Institucional	$19,690,845.00	$28,661.89	$707,828.20	$15,879,155.16	$3,075,199.75	84.2%
Implementação do NAP	$30,000.00	$.00	$.00	$14,744.85	$15,255.15	49.1%

CATEGORY	Budget	Compromissos	Obrigações	Real	Saldo	Exec %
Salarios e Vencimentos	$18,244,641.00	$36,750.85	$74,550.00	$15,147,739.39	$2,985,600.76	83.4%
Bens e Servicos	$15,878,044.00	$503,795.89	$1,770,767.89	$12,166,991.31	$1,436,488.91	87.8%
Capital Minor	$870,000.00	$320,000.00	$22,000.00	$507,919.00	$20,081.00	60.9%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$42,379.48	$42,379.48	.0%

2.21. 029: FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)

Código	Categoria Rubrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**17,464,864**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	16,645,764
50102	Abonos Variáveis e Eventuais	661,800
50104	Outras Despesas com Pessoal	157,300
502	**Bens e Serviços Correntes**	**16,777,313**
50204	Bens Público	565,000
50205	Alimentação	100,000
50206	Material Médico e Hospitalar	50,000
50209	Material de Escritório	164,730
50210	Combustível	400,086
50212	Peças e Ferramentas	100,000
50216	Limpeza e Segurança	80,000
50217	Manutenção	550,034
50219	Comunicações	210,000
50220	Transportes	250,480
50221	Catering	12,920,313
50224	Serviços Profissionais	220,000
50227	Serviços Financeiros	150,000
50228	Serviços de Saúde	100,000
50229	Outros Serviços Correntes	570,000
50232	Ajudas de custo	346,670
504	**Capital menor**	**868,000**
50401	Acquisição de Bens de Capital Móvel	868,000
	TOTAL	**35,110,177**

4.6 INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL (IDN)

4.6.1 IDN - ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

O Instituto da Defesa Nacional tem um Orçamento de **US $1,151,802 dólares** para financiar 2 programas, 4 subprogramas e 10 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	VAR. QUANT.	VAR %
388: Defesa Nacional	753,759	1,144,497	779,308	-365,189	-31%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	278,390	531,224	372,494	-158,730	-29%
DESPESA TOTAL	**1,032,149**	**1,675,721**	**1,151,802**	**+643,572**	**+38%**

4.6.2 IDN – PLANO ANUAL

- Atividade 3881201: Estudo e pesquisa no campo da Defesa e Segurança
    - 250 veteranos e combatentes da libertação Nacional irão ser entrevistados sobre a sua história na luta da resistência durante a ocupação da Indonésia. A sua memória pode contribuir para guardar no arquivo Nacional com o objetivo no futuro ser estudado pelas novas gerações sobre a luta da libertação nacional de Timor Leste para reforçar a construção do Estado e Nação.
- Atividade 3881202: Formação relacionado à Defesa e Segurança para as partes interessadas relevantes
- Atividade 5100108: Planeamento, desenvolvimento estratégico e orientação política
- Atividade 5100109: Inspeção, fiscalização e auditoria
- Atividade 5100110: Coordenar e gerir serviços corporativos
- Atividade 5100111: Abordagem integrada do género
- Atividade 5100112: Apoio Jurídico
    - 5 pareceres jurídicos e apresentação de propostas legislativas
- Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística
- Atividade 5100209: Organização e gestão de eventos
- Atividade 5100301: Cooperação e parcerias

4.6.3 IDN - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2023[11]

IDN	$1,675,721.00	$14,795.76	$27,731.41	$1,329,862.12	$303,331.71	81.0%
SUB-PROGRAM	**Orçamento**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Exec. %**
Estudo Pequisa e Formação em Desenvolvimento e Inovação das Políticas de Defesa Nacional	$1,144,497.00	$211.76	$11,741.31	$970,111.31	$162,432.62	85.8%
Funcionamento Institucional	$77,000.00	$.00	$.00	$34,100.00	$42,900.00	44.3%
Desenvolvimento Institucional	$444,224.00	$14,584.00	$15,990.10	$317,268.81	$96,381.09	75.0%
Parcerias	$10,000.00	$.00	$.00	$8,382.00	$1,618.00	83.8%

Categorias	Orçamento	Compromissos	Obrigações	Real	Saldo	Exec. %
Salarios e Vencimentos	$758,497.00	$211.76	$1,568.81	$679,364.79	$77,351.64	89.8%
Bens e Servicos	$908,224.00	$14,584.00	$26,162.60	$652,836.94	$214,640.46	74.8%
Capital Minor	$9,000.00	$.00	$.00	$.00	$9,000.00	.0%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$2,339.61	$2,339.61	.0%

2.72. 087: Instituto de Defesa Nacional

Código	Categoria Rúbrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**442,383**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	442,383
502	**Bens e Serviços Correntes**	**709,419**
50203	Vestuário e Artigos Pessoais	31,092
50204	Bens Público	18,819
50209	Material de Escritório	27,585
50210	Combustível	17,358
50213	Prémios, Condecorações e Ofertas	4,000
50216	Limpeza e Segurança	200
50217	Manutenção	6,025
50219	Comunicações	24,000
50220	Transportes	102,900
50221	Catering	126,000
50224	Serviços Profissionais	198,980
50226	Publicação, Cópia e Impressão	28,260
50229	Outros Serviços Correntes	4,000
50230	Rendas	63,200
50232	Ajudas de custo	57,000
	TOTAL	**1,151,802**

[11] Informação disponibilizada no "Portal da transparência", a 2 de dezembro de 2023.

4.7 MINISTÉRIO DO INTERIOR (MI) / SERVIÇO DE MIGRAÇÃO (SM)

4.7.1 MI - ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

O Ministério do Interior tem um Orçamento de **US $16,193,256 dólares** para financiar 2 programas, 7 subprogramas e 24 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	VAR. QUANT.	VAR %
366: Segurança Nacional	18,090,235	5,192,822	12,452,682	+7,259,860	+139%
510: Boa Governação e Gestão Institucional	4,566,672	5,236,967	3,740,574	-1,496,393	-28%
DESPESA TOTAL	22,678,467	10,429,789	**16,193,256**	+5,763,467	+55%

FUNCIONÁRIOS	GRAU												T
	G	F	E	D	C	B	A	T	A.POLIT.	CASUAL	PNTL	OUT.	
MI	10	24	88	63	34	17	3	239	2	52	-	32	**326**
PNTL	8	27	13	5	-	1	-	54	-	149	**3995**	7	**4205**
APC	1081	465	730	166	32	10	-	**2484**	-	10	1	5	**2515**

4.7.2 MI – PLANO ANUAL

- Atividade 3660801: Gestão de Recursos Humanos afetos a prestação de serviços
- Atividade 3661504: Garantir a segurança dos edificios e instalações públicas
    - 1.934 operacionais de segurança destacados em território nacional (13 municipios incluindo RAEOA), com adicional de 150 operacionais
- Atividade new_act2884: Melhorar as políticas de trânsito e de segurança e prevenção rodoviária
- Atividade 3662106: Supervisão e monitorização dos serviços de prevenção e resolução de conflitos nos Municipios e Postos Administrativos
    - Serviços de 13 coordenadores com 39 técnicos de informação e mediação, supervisionados e monitorizados para garantir a eficiência e eficácia dos serviços (12 Municipio e RAEOA) num ano
- Atividade 3662107: Formação e disseminação informação sobre prevenção e resolução de conflitos
    - Formação para 936 pessoas (H= 442; M=494) que participam nas diferentes formações (12 formações por ano, com foco em escolas, sucos e universidades)
- Atividade 3662108: Organizar encontros comunitários, seminarios e mediações
    - Foram já resolvidos 452 casos, organizados seminários e encontros com grupos e comunidades artísticas e espirituais em 13 municípios, incluindo a RAEOA.

- Atividade new_act2879: Melhorar os serviços de prevenção e resolução de conflitos nas áreas urbanas e rurais
- Atividade new_act2882: Implementação do PAN 1325 FPS da fase segundo, 2023-2027
- Atividade new_act2883: Gestão dos recursos humanos afectos à prestação de serviços comunitários de prevenção de conflitos
    - % de pagamento de salários e vencimentos no prazo (DNGRD/SEPC)
    - % de pagamento de salários e vencimentos no prazo (Serviço Migração)
    - Actualmente: 2512 funcionários da SEPC (DNGRD)/ 97 operacionais com divisa PNTL-SM/ 62 funcionários do SM
- Atividade new_act2971: Coordenar dos serviços de segurança do patrimônio público, rodoviaria e prevenção de conflitos comonitaria
- Atividade 5100108: Planeamento, desenvolvimento estratégico e orientação política
    - Revisão finalizada do Plano Estratégico de Segurança 2030; Reforçar a cooperação bilateral; Finalização do projeto de enquadramento legal da PNTL
- Atividade 5100109: Inspeção, fiscalização e auditoria
- Atividade 5100112: Apoio Jurídico
- Atividade new_act2888: Elaboração de documentos estratégicos para o Ministério do Interior
- Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística
- Atividade 5100205: Planeamento, monitorização e estatísticas
- Atividade 5100206: Gestão de recursos humanos
    - Nomeação para cargos: 26 pessoas (H=23; M=3);
    - Extensão de cargos: 124 pessoas (H=108; M=16);
    - Promoções: 58 pessoas (H=53; M=5);
    - Funcionários permanentes: 1396 (H=1226; M=170);
    - Funcionários contratados: 46 pessoas (H=20; M=26);
    - Promoção aos agentes da administração pública: 1.040 pessoas.
- Atividade 5100207: Formação e capacitação de recursos humanos
- Atividade 5100211: Aprovisionamento e gestão de contratos
- Atividade 5100213: Administração Geral

SUBPROGRAMA 36616: SERVIÇO DE MIGRAÇÃO

- Atividade 3661605: Assegurar o controlo civil de estrangeiros
    - crime organizado, falsificação de documentos, imigração ilegal, violação de vistos
- Atividade 3661607: Inspecionar e monitorizar os adidos de migração e realizar acções de cooperação com países parceiros
- Atividade 3661608: Formação básica no Serviço de Migração
- Atividade new_act2777: Gestão de Recursos Humanos afetos a prestação de Serviços de Migração

2.22. 030: Ministério do Interior

Código	Categoria Rubrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**13,667,436**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	9,864,012
50102	Abonos Variáveis e Eventuais	3,803,424
502	**Bens e Serviços Correntes**	**2,511,820**
50203	Vestuário e Artigos Pessoais	100,000
50204	Bens Publico	31,518
50209	Material de Escritório	154,737
50210	Combustível	137,996
50216	Limpeza e Segurança	43,375
50217	Manutenção	296,285
50218	Serviços Públicos	82,501
50219	Comunicações	160,044
50221	Catering	19,225
50224	Serviços Profissionais	357,014
50225	Representação	483,868
50226	Publicação, Cópia e Impressão	173,203
50229	Outros Serviços Correntes	19,000
50230	Rendas	40,000
50232	Ajudas de custo	413,054
504	**Capital menor**	**14,000**
50401	Acquisição de Bens de Capital Móvel	14,000
	TOTAL	**16,193,256**

4.7.3 MI - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2023[12]

MI	$9,759,270.00	$754,324.87	$1,815,724.55	$5,514,187.44	$1,675,033.14	75.1%
SUB-PROGRAM	**Orçamento**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Exec. %**
Recursos Humanos afetos a Prestação de Serviços	$1,292,080.38	$.00	$.00	$886,934.05	$405,146.33	68.6%
Serviço de Migração	$1,557,626.34	$101,983.15	$102,342.30	$1,218,193.58	$135,107.31	84.8%
Funcionamento Institucional	$1,402,522.54	$50,420.00	$29,428.40	$1,193,932.62	$128,741.52	87.2%
Desenvolvimento Institucional	$5,507,040.74	$601,921.72	$1,683,953.85	$2,215,127.19	$1,006,037.98	70.8%

CATEGORY	Budget	Compromissos	Obrigações	Real	Saldo	Exec. %
Salarios e Vencimentos	$4,341,615.19	$6,078.15	$38,692.20	$3,017,982.93	$1,278,861.91	70.4%
Bens e Servicos	$2,691,182.75	$286,301.22	$620,840.10	$1,427,865.86	$356,175.57	76.1%
Capital Minor	$2,576,472.06	$461,945.50	$1,156,192.25	$935,902.00	$22,432.31	81.2%
Transferencia Publicas	$150,000.00	$.00	$.00	$150,000.00	$.00	100.0%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$17,563.35	$17,563.35	.0%

[12] Informação disponibilizada no "Portal da transparência", a 3 de dezembro de 2023.

4.7.4 MI – PLANO DE INFRAESTRUTURAS

Actualmente, na PPL, sem dados disponíveis nos livros orçamentais sobre as infraestruturas. Contudo, no OGE 2023 ficaram previstos 43 projetos de segurança nacional, nomeadamente:

PROJECTO		VALOR	2022	2023	2024	2025	2026
SEGURANÇA							
No.	**366: SEGURANÇA NACIONAL**	**61,707**	**6,100**	**19,772**	**25,017**	**4,202**	**-**
PNTL							
Quartel Municipal da PNTL							
1	Municipio de Liquica	3,000	75	-	750	1,950	300
2	Municipio de Dili	3,000	100	-	750	1,950	300
3	Municipio de Aileu	3,000	75	-	750	1,950	300
Quartel General da PNTL em Caicoli							
4	Construção	10,478	3,268	**3,701**	2,653	1,048	-
27	Supervisão	594	298	**351**	-	-	-
5	Compensações	398	-	-	-	-	-
Esquadras da PNTL							
6	Posto Administrativo de Lacló	300	50	-	270	30	-
7	Posto Administrativo de Nain Feto	1500	25	-	750	600	150
8	Vera Cruz, Dili	1500	25	-	750	600	150
9	Dom Aleixo, Dili	1552	50	**251**	680	-	-
10	Cristo Rei, Dili	3000	50	-	750	1950	300
Melhoramento de infraestruturas da PNTL							
17	Baucau - Bairro da PNTL	2,000	99	-	750	1,050	200
18	Manatuto - Bairro da PNTL	2,000	-	-	500	1300	200
19	Lautém - Bairro da PNTL	2,000	-	-	500	1300	200
20	Viqueque - Bairro da PNTL	2,000	99	**1,000**	750	1050	200
11	Aileu - Bairro da PNTL	1,146	-	-	-	-	-
16	Aileu – fornecimento de água e eletricidade	162	112	-	130	-	-
12	Ermera - fornecimento de água	51	-	-	-	-	-
15	Ermera - fornecimento de eletricidade	85	42	-	43	-	-
13	Liquiça - fornecimento de água	58	3	-	-	-	-
14	Manufahi - fornecimento de água	36	2	-	-	-	-
Nova construção de 6 postos UPF (escritório, dormitório e salas de aula)							
21	Batugade - UPF Mota Ain	315	100	**25**	-	-	-
22	Bobonaro - UPF Tunubibi	312	100	**270**	-	-	-
23	Covalima - UPF Salele, Mota Mata Masin	337	100	**27**	-	-	-
24	Oe-Cusse - UPF Sacato,	320	100	**26**	-	-	-
25	Oe-Cusse - UPF Oesilo	343	100	**28**	-	-	-

26	Oe-Cusse - UPF Citrana	334	100	**28**	-	-	-
	SERVIÇO DE MIGRAÇÃO						
	Preparação (Estudo e Desenho) e Supervisão de Projetos						
28	Dili - Caserna do Serviço de Migração	2,015	76	-	750	963	202
29	Baucau - Edificio da delegação territorial	2,500	75	-	750	1375	250
30	Suai - Edificio da delegação territorial	2,500	75	-	750	1375	250
31	Oe-Cusse - Edificio regional	3,000	75	-	750	1875	300
37	Oe-Cusse – Bairros SM	200	75	-	125	-	-
32	Bobonaro – SM Tunubibi	100	75	-	50	-	-
33	Oe-Cusse – SM Sakato	100	75	-	50	-	-
34	Oe-Cusse - SM Citrana	100	75	-	50	-	-
35	Oe-Cusse - SM Oesilo	100	75	-	50	-	-
36	Covalima - SM Salele, Mota Mata Masin	100	75	-	25	-	-
	AUTORIDADE DA PROTEÇÃO CIVIL						
38	Dili - Edificio da APC	200	75	-	125	-	-
39	Suai - Edificio da APC	200	75	-	125	-	-
40	Baucau - Edificio da APC	200	75	-	125	-	-
41	Ainaor - Edificio da APC	200	75	-	125	-	-
42	Lospalos - Edificio da APC	200	75	-	125	-	-
43	Relocalização: limpeza do local para "National Defence Program"	-	-	-	-	-	-

4.8 POLÍCIA NACIONAL DE TIMOR-LESTE (PNTL)

4.8.1 PNTL - ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

A Polícia Nacional de Timor-Leste tem um Orçamento de **US$ 47,701,715** de dólares para financiar 3 programas, 10 subprogramas e 21 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	VAR. QUANT.	VAR %
366: Segurança Nacional	31,314,741	38,348,854	43,103,390	+4,754,536	+12%
510: Boa Governação e Gestão Institucional	2,750,990	4,713,788	4,565,325	-148,463	-3%
980: Igualdade de Género e Inclusão Social	16,750	20,000	33,000	+13,000	+65%
DESPESA TOTAL	34,082,481	43,082,642	**47,701,715**	+4,619,073	+10%

4.8.2 PNTL – PLANO ANUAL

- Atividade 3660101: Cooperação de segurança técnica, militar e civil
  - Continuar a cooperação internacional com 18 nações, nomeadamente: ASEAN, CPLP (2), Pacífico (2), Japão, Coreia do Sul, EUA e China); em complemento com 4 parceiros internos (TLPDP, UNDP, UN Women, IOM)
- Atividade 3660102: Operações da PNTL
  - 4234 membros colocados em território nacional (12 Municipios incluindo RAEOA e Atauro)
- Atividade 3660301: Formação acadêmica e técnico policial
- Atividade 3660305: Gestão de recursos humanos da PNTL
  - 4324 membros com avaliação de desempenho
- Atividade 3660401: Aquisição e manutenção de equipamentos
  - Manutenção de 542 veiculos e 400 motocicletas
  - Estabelecimento de 3 sistemas de base de dados do património da PNTL
  - Aquisição de 50 veículos e 400 motocicletas
- Atividade 3660402: Reparação e manutenção das comunicações/IT
  - 1521 Rádio-comunicação, 1200 CPU, 500 impressoras, 85 CCTV, 25 Repeaters
- Atividade 3660403: Gestão de sistemas de informação e de comunicação
- Atividade 3660404: Acquisition of specific equipment for PNTL
- Atividade 3660501: Apoio de alimentação para todos agentes da policia e do serviço efetivos
- Atividade 3660702: Prevenção de negócios ilegais no mar e na fronteira terrestre
  - Aumento de 10% de operacionais destacados na fronteira;
  - Redução de pelo menos 10% de actividade ilegal na fronteira

- Atividade 3661703: Orientar o trânsito em áereas de tráfego elevado
- Atividade 3661805: Patrulhamento comunitário urbano e rural
- Atividade 3661806: Encontros comunitários
- Atividade 3661807: Disseminar e divulgar informação sobre prevenção de crimes
- Atividade 3661904: Intervir em situações de violência complexa e infiltração de crimes organizados
    - 350 elementos da Polícia Especial destacados
- Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística
- Atividade 5100205: Planeamento, monitorização e estatísticas
- Atividade 5100209: Organização e gestão de eventos
- Atividade 5100211: Aprovisionamento e gestão de contratos
- Atividade 5100213: Administração Geral
- Atividade 9802916: Divulgação de informações práticas sobre a prevenção de crimes relacionados à violência doméstica e GBV a Autoridade local e líderes comunitários

2.23. 031: Policia Nacional Timor-Leste

Código	Categoria Rúbrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**37,730,523**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	22,119,633
50102	Abonos Variáveis e Eventuais	15,610,890
502	**Bens e Serviços Correntes**	**6,874,242**
50203	Vestuário e Artigos Pessoais	915,200
50204	Bens Público	239,664
50205	Alimentação	60,000
50206	Material Médico e Hospitalar	25,000
50207	Material Escolar	15,000
50209	Material de Escritório	167,500
50210	Combustível	1,197,702
50212	Peças e Ferramentas	210,000
50215	Outros Bens Correntes	64,000
50216	Limpéza e Segurança	85,448
50217	Manutenção	1,292,145
50219	Comunicações	740,018
50220	Transportes	76,200
50221	Catering	718,400
50224	Serviços Profissionais	75,000
50225	Representação	118,000
50226	Publicação, Cópia e Impressão	4,000
50229	Outros Serviços Correntes	387,405
50230	Rendas	259,500
50232	Ajudas de custo	224,060
503	**Transferências Públicas**	**141,950**
50303	Transferência para Famílias	141,950
504	**Capital menor**	**2,955,000**
50401	Acquisição de Bens de Capital Móvel	2,955,000
	TOTAL	**47,701,715**

4.8.3 PNTL - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2023[13]

PNTL	$49,120,722.00	$2,510,628.46	$2,334,972.25	$39,109,820.00	$5,165,301.29	84.4%
SUB-PROGRAM	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Exec. %**
Operação de segurança interna	$37,255,931.30	$.00	$18,596.00	$32,672,794.05	$4,564,541.25	87.7%
Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos da PNTL	$98,950.00	$160.00	$1,500.00	$90,345.00	$6,945.00	92.8%
Gestão de Equipamentos e Infraestrutura	$3,666,005.65	$2,083,755.27	$581,245.66	$894,656.15	$106,348.57	40.2%
Alimentação e rações combates de operacional para PNTL	$1,947,029.92	$30,750.00	$.00	$1,912,850.00	$3,429.92	98.2%
Gestão de Segurança Terrestre e Costeira de Timor Leste	$73,804.00	$.00	$5,000.50	$68,312.00	$491.50	99.3%
Segurança rodoviária	$156,000.00	$.00	$153,670.00	$.00	$2,330.00	98.5%
Polícia Comunitária	$436,265.00	$9,862.00	$32,793.00	$234,762.22	$158,847.78	61.3%
Prevenção Criminal Serviços de Investigação e Informação	$190,500.00	$.00	$.00	$190,500.00	$.00	100.0%
Desenvolvimento Institucional	$5,276,236.13	$383,366.19	$1,541,567.09	$3,037,385.08	$313,917.77	86.8%
Implementação do NAP GBV	$20,000.00	$2,735.00	$600.00	$8,215.50	$8,449.50	44.1%

CATEGORY	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Exec. %**
Salarios e Vencimentos	$37,637,048.38	$1,100.00	$4,540.00	$33,225,618.99	$4,405,789.39	88.3%
Bens e Servicos	$9,326,673.62	$615,528.46	$2,208,432.25	$5,837,150.67	$665,562.24	86.3%
Capital Minor	$2,088,050.00	$1,894,000.00	$120,500.00	$51,050.00	$22,500.00	8.2%
Transferencia Publicas	$68,950.00	$.00	$1,500.00	$62,100.00	$5,350.00	92.2%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$66,099.66	$66,099.66	.0%

[13] Informação disponibilizada no "Portal da transparência", a 3 de dezembro de 2023.

4.9 AUTORIDADE DA PROTEÇÃO CIVIL (APC)

4.9.1 APC - ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

A Autoridade da Proteção Civil tem um Orçamento de **US $7,926,312 dólares** para financiar 2 programas, 9 subprogramas e 14 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022[14]	OGE 2023	OGE 2024	VAR. QUANT.	VAR %
366: Segurança Nacional	22,219,711	14,345,188	6,661,156	-7,684,032	-53%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	550,152	232,225	1,265,156	+1,032,931	+444%
DESPESA TOTAL	22,791,423	14,594,038	**7,926,312**	-6,667,726	-45%

2.30. 038: Autoridade de Proteção Civil

Código	Categoria Rúbrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**4,345,680**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	3,427,110
50102	Abonos Variáveis e Eventuais	918,570
502	**Bens e Serviços Correntes**	**2,416,907**
50201	Matérias Primas e Subsidiárias	270,000
50203	Vestuário e Artigos Pessoais	310,000
50204	Bens Público	30,054
50205	Alimentação	558,740
50209	Material de Escritório	83,026
50210	Combustível	171,911
50211	Produtos Químicos	50,334
50212	Peças e Ferramentas	100,000
50217	Manutenção	80,371
50219	Comunicações	177,000
50220	Transportes	67,238
50221	Catering	74,500
50224	Serviços Profissionais	208,397
50225	Representação	35,000
50232	Ajudas de custo	200,336
503	**Transferências Públicas**	**265,000**
50303	Transferência para Famílias	265,000
504	**Capital menor**	**898,725**
50401	Acquisição de Bens de Capital Móvel	898,725
	TOTAL	**7,926,312**

[14] Orçamento alocado à Proteção Civil, sob a tutela directa do Ministério do Interior.

4.9.2 APC – PLANO ANUAL

- Atividade 3661392: Organizar, Supervisionar, Inspeccionar e Coordenar a Implementação da APC
    - Garantir o funcionamento do sistema de serviços da Autoridade Proteção Civil a nível nacional e através da estrutura desconcentrada. Desenvolver o enquadramento Legal da APC
- Atividade 3662202: Gestão de Recursos Humanos afectos à prestação de serviços
    - Recrutar 64 novos funcionários para a APC
- Atividade 3662407: Prevenção, preparação e mitigação de riscos de desastres
- Atividade 3662408: Apoio de emergência durante desastre
- Atividade 3662409: Apoio à recuperação pós-desastre
- Atividade 3662601: Plano Nacional Civil de Emergência em Municipios Civil Emergencia
    - Draft do "Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil" elaborado. Promover a aprovação através do Concelho Nacional, Regional e Municipal de Proteção Civil e posteriormente a socialização
- Atividade 3662701: Servico prevencao e resposta rapidas a situacao emergencia e resigates e de recoperacao da normalidade vida
- Atividade 3662801: Formacao e Capacitacao de profissionais do servico de APC
- Atividade new_act3160: Coordenar e Organizar a reunião de Conselho Nacional da Proteção Civil
- Atividade new_act3162: Sistema Alerta Anticipada para acidentes graves e catástrofes Proteção Civil
- Atividade 5100109: Inspeção, fiscalização e auditoria
- Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística
- Atividade 510021A: Planeamento, Monitorização e Assesoria
- Atividade 510021B: Servico Relacao Publica e Cooperacao

4.9.3 APC - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2023[15]

APC	$15,704,038.00	$1,114,981.10	$352,521.25	$12,300,288.84	$1,936,246.81	80.6%
SUB-PROGRAM	**Orçamento**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Exec. %**
Segurança	$191,000.00	$500.00	$.00	$137,610.00	$52,890.00	72.0%
Segurança do Património do Estado	$157,468.00	$5,000.00	$50,005.00	$57,722.84	$44,740.16	68.4%
Prevenção de conflitos comunitários e construção da paz	$60,538.00	$.00	$9,505.00	$43,092.50	$7,940.50	86.9%
Recursos Humanos afetos a Prestação de Serviços	$11,166,913.00	$36,741.10	$87,602.25	$9,376,747.48	$1,665,822.17	84.8%
Gestão de riscos de desastres	$3,813,109.00	$1,072,740.00	$186,905.00	$2,493,155.04	$60,308.96	70.3%

[15] Informação disponibilizada no "Portal da transparência", a 3 de dezembro de 2023.

Comando Nacional Operacional de Proteção Civil	$23,600.00	$.00	$.00	$13,280.00	$10,320.00	56.3%
Unidade Especial da Autoridade de Proteção Civil	$17,560.00	$.00	$6,624.00	$8,988.00	$1,948.00	88.9%
Centro Formacao da Autoridade de Proteção Civil	$25,000.00	$.00	$.00	$21,440.00	$3,560.00	85.8%
Funcionamento Institucional	$5,000.00	$.00	$.00	$3,620.00	$1,380.00	72.4%
Desenvolvimento Institucional	$227,225.00	$.00	$11,880.00	$128,064.98	$87,280.02	61.6%
Implementação do NAP Resolução 1325 2000 da ONU sobre WPS	$16,625.00	$.00	$.00	$16,568.00	$57.00	99.6%

Categorias	Orçamento	Compromissos	Obrigações	Real	Saldo	Exec. %
Salarios e Vencimentos	$10,610,887.00	$500.00	$600.00	$8,874,228.88	$1,735,558.12	83.6%
Bens e Servicos	$3,799,981.00	$1,114,481.10	$279,923.25	$2,236,124.34	$169,452.31	66.2%
Capital Minor	$285,670.00	$.00	$71,998.00	$209,345.00	$4,327.00	98.5%
Transferencia Publicas	$1,007,500.00	$.00	$.00	$1,005,850.00	$1,650.00	99.8%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$25,259.38	$25,259.38	.0%

5. CONSULTAS E CONTRIBUTOS

Os distintos Deputados da Comissão B, do Parlamento Nacional, em conformidade com o disposto no n.º3, do artigo 164º, do RPN, realizaram as seguintes Audiências Públicas, em sede de Comissão B, em específico:

DATA	HORAS	ENTIDADES	LOCAL
30 nov.	15h	▪ (SNI) Serviço Nacional de Inteligência	Sala do GMPTL do Parlamento Nacional
1 de dez.	10h	▪ MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO ▪ VICE-MNEC PARA ASSUNTOS ASEAN ▪ (ACT-L) Agência de Cooperação de Timor-Leste ▪ (CED) Centro de Estudos Diplomáticos	
	15h	▪ (GFM) Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas	
4 de dez.	10h	▪ MINISTÉRIO DA DEFESA ▪ F-FDTL ▪ (IDN) Instituto de Defesa Nacional	
	15h	▪ MINISTÉRIO DO INTERIOR ▪ PNTL ▪ (SM) Serviço de Migração	
5 de dez.	15h	▪ (SEPC) SECRETÁRIO DE ESTADO DA PROTEÇÃO CIVIL ▪ (APC) Autoridade da Proteção Civil ▪ (CRAM) Comissão Reguladora de Artes Marciais	
11 de dez.	9h	▪ MINISTÉRIO DA DEFESA	

Neste enquadramento, a Comissão B, em concertação institucional com o Governo, regista os seguintes contributos, nomeadamente:

Serviço Nacional de Inteligência (SNI)

1. Firmado em conjunto com a Comissão B, que o SNI partilha a perspectiva da necessidade de uma reforma da visão estratégica do SNI, em prol dos interesses nacionais;
2. O SNI partilhou a cobertura de uma nova missão que se foca nas infraestruturas críticas e nas ameaças de *cyberataque*, para garantir a segurança e proteção dos sistemas governamentais. O Sr.Diretor-Geral declarou "com o aumento constante de ataques cibernéticos, é crucial que sejam tomadas medidas adequadas para prevenir e mitigar essas ameaças, garantindo assim a estabilidade e a integridade dos sistemas. Através desta

nova missão, o SNI demonstra o seu compromisso em enfrentar os desafios emergentes nesta área e em salvaguardar a segurança cibernética do país";

3. A construção e a supervisão do cabo de fibra ótica pelo Estado está em curso, com o apoio do SNI, pois o projecto elimina a actual deficiência no sistema de rede de comunicações. Todavia, o SNI encontra-se a supervisionar o processo de instalação e analisa a potência das diferentes ligações, bem como monitoriza regularmente a empresa instaladora, em colaboração com as diferentes agências do SNI. Esta iniciativa demonstra uma abordagem proactiva para salvaguardar as capacidades vitais da rede Nacional de comunicações;
4. O plano do SNI inclui o recrutamento de três especialistas para áreas específicas das actuais ameaças a Timor-Leste, entre outras, no sector político e na cibersegurança. O SNI pretende reforçar as competências e a eficiência nestes domínios críticos;
5. Concluindo, o SNI solicitou um orçamento adicional à Comissão B e a fundamentação deste pedido mais as restantes informações partilhadas foram qualificadas de carácter classificado, por parte do SNI, logo, inerentes a Segredo de Estado;

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)

6. O MNEC gere atualmente 23 embaixadas, 3 representações permanentes e 1 agente consular. A execução orçamental tem sido louvável, com destaque para a prestação de apoio e cuidados adequados aos diplomatas e aos serviços das Embaixadas. No entanto, para reforçar os esforços de gestão dos riscos, é necessária mais assistência, nomeadamente para a criação de duas novas embaixadas em Angola e na Índia, bem como para a abertura de um consulado na Irlanda do Norte. Esta estratégia de expansão é apoiada pelo estabelecimento de uma população significativa de cerca de 3.000 cidadãos timorenses na Irlanda do Norte. Além disso, a influência económica substancial de Angola no seio da "Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)" e o papel central da embaixada na Índia enquanto superpotência e fornecedor vital das importações de Timor-Leste contribuem para a decisão de alargar os serviços a estes países. Estas adições irão reforçar os laços diplomáticos e alargar a presença internacional da RDTL;
7. O MNEC tem planos para introduzir serviços de notariado destinados a ajudar as comunidades no estrangeiro, com especial incidência em Inglaterra, Coreia do Sul e Portugal;
8. O Reino Unido tem implementado condições e exigências que afectam não só Timor-Leste mas também outros países. No entanto, têm sido estabelecidos canais regulares de comunicação e estão em curso negociações para estabelecer automatismos processuais para os vistos de cidadãos naturais de Timor-Leste. As abordagens específicas a serem estabelecidas nos próximos meses ainda não foram definidas;
9. A "Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)" e o grupo g7+ receberam apoio orçamental adequado e garantido. No que diz respeito à ASEAN, as próximas etapas

processuais oficiais ocorrerão em fevereiro de 2024, quando o primeiro pacote legislativo for enviado ao Parlamento Nacional;

10. No processo da ASEAN, conferir tratamento especial aos investidores é considerado uma prioridade máxima, por parte do MNEC. Isto envolve construir confiança, fortalecer o quadro jurídico e atrair investimentos estrangeiros para Timor-Leste. No entanto, na perspectiva da Vice-MNEC existe uma necessidade urgente de uma rápida renovação da infra-estrutura do MNEC, especialmente para acolher as reuniões da ASEAN, que está actualmente a ser considerada. Considera-se que a presidência de Timor-Leste na ASEAN está marcada para 2028 ou 2029, o que representa um desafio logístico significativo;
11. A Vice-MNEC considera a integração na "Organização Mundial do Comércio (OMC)" como uma prioridade máxima. Timor-Leste deverá tornar-se integrado no próximo ano e é visto como estando a passar por um processo semelhante ao do Camboja, do Vietname e do Laos. Esta integração na OMC é de importância significativa para o comércio e o desenvolvimento económico de Timor-Leste;
12. O "Instituto de Estudos Diplomáticos" passou por uma transição para se tornar o "Centro de Estudos Diplomáticos (CED)", embora não esteja atualmente operacional. Os principais objectivos desta transição são reforçar as competências e os conhecimentos dos diplomatas através de uma nova estrutura organizacional e reduzir os custos. Esta mudança de Instituto para Centro elimina a necessidade de um conselho de administração e outras formalidades legais associadas a um Instituto Público (IP), uma vez que são consideradas desnecessárias para efeitos de formação de nível superior;
13. Os processos de recrutamento de diplomatas ainda não foram iniciados. A prioridade actual é determinar o estatuto dos existentes e transformá-los em diplomatas através da implementação de um regime de transição. Coloca-se a questão de saber se o recrutamento deve ocorrer antes ou depois da aplicação do novo estatuto da carreira diplomática. Embora inicialmente estivessem previstas 55 vagas, o processo agora será aplicado a 52 vagas, a título inicial;
14. No que diz respeito à questão dos restos mortais de heróis nacionais, a Embaixada em Jacarta está a fazer progressos. No entanto, existem numerosos desafios na identificação dos locais dos incidentes ocorridos em 1998, 1999 e ainda mais em 1975. Além disso, foi relatado que a implementação do Tratado "sobre pessoas desaparecidas" exige o estabelecimento de leis nacionais para posterior ratificação. Estes desenvolvimentos destacam as complexidades e os requisitos legais que envolvem a recuperação e identificação dos restos mortais de heróis nacionais;
15. Com relação ao sistema de adidos, a intenção do MNEC é expandi-lo, principalmente na Austrália. Todos os "SPE" do MNEC foram minuciosamente avaliados e forneceram respostas adequadas. A reduzida presença de adidos está de acordo com a concentração de importância em setores que requerem atenção especializada. Para formalizar este processo é necessário um diploma ministerial conjunto com o respectivo ministério. O objectivo é reforçar a representação diplomática e responder eficazmente às necessidades específicas;

16. Em relação à ACT-L existe atualmente apenas uma representação para a cooperação internacional que se encontra na Guiné-Bissau. Desde maio de 2016, não houve nomeação permanente para este cargo na Guiné-Bissau. Como alternativa, optou-se por visitas periódicas. No ano passado, foram iniciadas alterações no estatuto da ACT-L, e na próxima semana haverá uma visita à Guiné-Bissau para monitorizar a informação necessária para o sucesso na concretização dos objectivos de cooperação naquele Estado;
17. Segundo o MNEC, a produção de passaportes é realizada em locais altamente especializados, o que torna o processo de produção desafiador, mas necessário para atender aos padrões de excelência internacionais. Isto indica a importância de aderir a protocolos rigorosos para garantir a qualidade e segurança dos passaportes emitidos;
18. Por último, muitos dos aumentos orçamentais nos SPE resultaram das novas regras de circulação para diplomatas, que exigiram a renovação das viaturas nas embaixadas afetadas. Como consequência, também foi observado um aumento nas despesas com o arrendamento de imóveis. Esse cenário reflete a necessidade de adaptação às mudanças nas políticas de mobilidade diplomática na perspectiva da Vice-MNEC e do Secretário-Geral. Contudo, em contraste, foi firmado pelos membros da Comissão B uma enorme preocupação pela enorme redução orçamental substancial no Consulado de Denpasar;

Gabinete de Fronteira Marítima (GFM)

19. A delegação presente sob a liderança da Dra.Elizabeth Exposto, Diretora Executiva do GFM, partilhou que o IX Governo Constitucional deu prioridade à conclusão das negociações fronteiriças com a Indonésia;
20. Em complemento, a Sra.Diretora-Geral das Finanças apresentou uma comparação entre 2023 e 2024, indicando uma taxa de execução esperada de cerca de 99% até ao final de 2023 e, por complemento, afirmando o orçamento proposto para 2024 é suficiente para cumprir os objetivos;
21. Em termos do objectivo da "Economia Azul", passa por utilizar reuniões oficiais para estabelecer um Centro de Excelência centrado no planeamento de negociações e na partilha de resultados bem-sucedidos;
22. Relativamente ao papel principal do GFM foram partilhadas informações sensíveis relativas ao contexto actual das negociações fronteiriças;

Ministério da Defesa (MD) / F-FDTL / Instituto de Defesa Nacional (IDN)

23. Sob liderança do Ministro da Defesa, foram delineadas as prioridades e responsabilidades para 2024, com foco específico na implementação de um plano estratégico para os próximos cinco anos. O orçamento atribuído incluí provisões para diversas áreas de apoio, tais como financiamento para programas de doutoramento em Cuba, viagens de apoio ao g7+, aconselhamento jurídico nacional, auditorias e inspecções, doações para segurança

operacional (incluindo combustíveis), sistemas de vigilância e desenvolvimento de forças militares através da aquisição de veículos táctico-militares;

24. Sobre a Lei de Programação Militar (LPM), foi um tema de intensa discussão por duas semanas, mas o MD pretende continuar a aplicar a transição de uma cultura de guerrilha para uma moderna força de defesa militar. A LPM é considerado pelo MD como complementar à antiga Lei GOP, sendo o "Conceito de Estratégia de Defesa e Segurança Nacional" o principal documento estratégico para a modernização das forças;
25. No futuro, existe um plano para transformar a LPM num "Fundo de Desenvolvimento para as F-FDTL" que está interligado com o Fundo Petrolífero. Para conseguir isso, na visão do MD a LPM precisa de especificar o seu financiamento através do fundo petrolífero o que será abordado através da adição de um artigo sobre o financiamento na LPM no primeiro trimestre de 2024;
26. Nas infraestruturas militares foi apontado que existem diversos obstáculos e problemas processuais que têm afetado o avanço das F-FDTL devido às diferentes etapas legais do Fundo de infraestruturas, resultando em atrasos no desenvolvimento;
27. O CEMFA (Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas) representando as F-FDTL, afirmou inicialmente que o orçamento reflete os requisitos solicitados pelas F-FDTL para o cumprimento de suas missões. Além disso, expressou gratidão pela visita de cortesia da Comissão B, visando fortalecer a concertação institucional;
28. Por parte do CEMFA, é evidente a falta de equipamentos, recursos e infraestruturas nas F-FDTL que, por conseguinte, requer o apoio a longo prazo do Parlamento Nacional para suprir essas necessidades;
29. O CEMFA pretende garantir o aprontamento de 3500 militares, abrangendo desde o fornecimento de uniformes até armamentos. Assim, solicitando o apoio institucional no âmbito da Comissão B para a continuidade desses investimentos. Os Deputados negaram parcialmente, argumentando que a abordagem tradicional à Comissão B não é adequada e que a Lei de Programação Militar foi aprovada para permitir um melhor planeamento, investimento e cumprimento dos objetivos estabelecidos pelas F-FDTL;
30. Por último, o IDN está a desenvolver a consolidação das leis que regem a sua atuação, bem como na construção de um novo campus para a instituição. Além disso, estão em andamento os processos de acreditação institucional, buscando garantir a qualidade e o reconhecimento do trabalho realizado pelo IDN;

Ministério do Interior (MI) / Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) / SM

31. Sob a liderança do Ministro do Interior, foi anunciada a consolidação da continuidade da visão do orçamento retificativo, com cerca de 80 milhões para diferentes entidades sob a sua tutela. Apesar disso, a maioria das infraestruturas será financiada através do Fundo de Infraestruturas, aguardando-se o início das reuniões oficiais do CAFI;

32. O CG-PNTL (Comando-Geral da Polícia Nacional de Timor-Leste) estabeleceu 5 prioridades, que incluem profissionalismo, melhorias na instrução e um aumento no número de operacionais, atualmente em cerca de 4032 operacionais para uma população de cerca de 1,3 milhões de pessoas. No entanto, esse rácio populacional acaba tornando-se um desafio quando há a necessidade de realizar missões complexas além das tarefas diárias, como a gestão, supervisão e monitorização das fronteiras;
33. Um dos obstáculos no domínio dos postos de fronteira é a distância média de 23km entre eles, o que dificulta o patrulhamento eficaz. É necessária a consolidação e apoio institucional da "Unidade de Patrulhamento de Fronteiras" e da "Unidade de Patrulhamento Marítimo". A UPM observou uma alta incidência de pesca ilegal na costa sul, devido à falta de patrulhamento na ZEE. Além disso, há uma clara ausência de comunicações, instalações e transporte para a PNTL garantir a sua missão na fronteira. O MI irá defender a construção e manutenção dos 49 postos contemplados no Fundo de Infraestruturas;
34. No âmbito do Serviço de Migração, a prioridade é garantir a proteção e a consolidação do quadro legal, bem como a aplicação adequada dos vistos de negócios e de trabalho, com o intuito de promover o investimento em Timor-Leste;
35. Também foi solicitado um sistema de CCTV, em coordenação com o Ministério das Comunicações, nas áreas remotas da fronteira, como Alto Lebos;
36. O CG-PNTL mencionou que está sendo avaliado o regime remuneratório, juntamente com o regime de transição para aposentadoria. No campo da saúde, há um acompanhamento dos operacionais através do Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV) e seus especialistas. Embora as condições atuais para a PNTL sejam adequadas, existe uma grande falta de recursos no HNGV;
37. No próximo ano, está previsto o recrutamento de 250 novos operacionais para a PNTL. A UPF solicitou entre 700 a 1000 operacionais, mas o destacamento desse número é inviável a curto prazo devido à necessidade de garantir a qualidade específica dos candidatos. Estima-se que seja possível recrutar no máximo 300 operacionais, e é urgente a reforma do "Centro de Formação" para suprir a restante procura;
38. Por último, no âmbito da formação profissional, um dos pilares considerados em relação ao nacionalismo será garantido através do "Conselho de Veteranos". Defendeu-se a importância de um forte trabalho conjunto entre diversos agentes da sociedade para apoiar a PNTL na sua missão, qualificando-a como um ponto estratégico do Ministério do Interior;

Secretário de Estado da Proteção Civil (SEPC) / Autoridade da Proteção Civil (APC)

39. Após a apresentação dos dados orçamentais pelo Secretário de Estado da Proteção Civil (SEPC), o Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (APC) fez uma breve apresentação das atividades anuais e do planeamento para 2024. Destacou-se a

importância da recuperação das famílias vítimas de acidentes graves, sendo que ainda faltam atribuir 853 apoios de recuperação;

40. A descentralização operacional será coordenada em conjunto com as autoridades locais, de acordo com a perspetiva oficial do MI e do SEPC. No entanto, em 2024, a prioridade será dada ao estabelecimento de um centro de operações centralizado e à implementação de sistemas de antecipação;
41. Em Viqueque, estão sendo recuperadas aproximadamente 250 famílias com a ajuda da mão de obra e do apoio operacional. No entanto, surgiram problemas comunitários em relação ao material fornecido às respectivas famílias. Paralelamente, a APC está implementando várias iniciativas de apoio ao meio ambiente, incluindo a proteção do "Parque Natural de Jaco". Nesse contexto, também pretendem avançar com a preservação de todas as praias, levando em consideração o impacto económico para Timor-Leste;
42. No âmbito da gestão de riscos florestais, está sendo realizada a identificação de zonas de risco com o apoio de líderes comunitários, visando a mobilização para esse objetivo. Ainda neste contexto, não possuímos equipas especializadas para lidar com ataques de crocodilos;
43. O Ministério do Interior (MI) mencionou o desenvolvimento de um quadro legal para vistos prévios dos agentes de proteção civil em relação às estações de combustível.
44. O SEPC defendeu que a causa do desastre pode variar dependendo do contexto específico, mas geralmente pode ser atribuída a fatores naturais, como terremotos, inundações, incêndios florestais, ciclones, entre outros, ou a fatores humanos, como má gestão dos recursos naturais, construções inadequadas, falta de planejamento urbano, desmatamento, entre outros. As medidas de prevenção podem incluir a implementação de sistemas de alerta antecipado, a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma gestão adequada dos recursos naturais, a educação da população sobre os riscos e medidas de segurança, o treinamento de comunidades para a resposta a desastres, entre outros. Por tal, através de educadores da APC, as diversas comunidades recebem um conhecimento mais aprofundado sobre essas medidas, o que facilita a colaboração operacional com a APC e permite que a própria população reconheça as áreas de risco e tome medidas para reduzi-las;
45. O centro de operação da proteção civil em Dili, nas áreas de Bidau, Lecidere e Aeroporto, tem como objetivo garantir a emissão de alertas à comunidade em casos de possível *tsunami* ou outros riscos similares;
46. Em relação ao Estatuto dos Bombeiros, está em andamento uma alteração da lei orgânica, em paralelo com a elaboração do Estatutos dos Bombeiros;
47. As reduções orçamentais na APC ocorreram devido à remoção de direções na APC (Autoridade para a Proteção Civil) que foram transferidas para o Ministério do Interior;
48. No OGE os fundos de emergência e contingência são reservados e protegidos para lidar com situações imprevistas e emergenciais. Esses fundos são destinados a serem utilizados em casos de desastres naturais, crises económicas, pandemias, entre outros eventos que

exigem uma resposta rápida e financeira do governo. A inclusão desses fundos no OGE demonstra a importância dada à preparação para emergências e a capacidade de resposta do Governo para lidar com crises inesperadas;

49. A SEPC está a trabalhar ativamente no fortalecimento do capital humano e do número de ambulâncias. Isso inclui a contratação de um médico, um enfermeiro, duas parteiras e dois nutricionistas para consolidar a equipa da APC especializada em resposta a desastres naturais. O objetivo é eliminar a dependência de terceiros e aumentar a capacidade de resposta da APC;
50. Foi solicitado o apoio institucional à Comissão B para salvaguardar os interesses da APC no Fundo de Infraestruturas, especialmente em relação aos "Comandos Regionais da APC". Isso visa garantir que a APC tenha acesso aos recursos necessários para melhorar e fortalecer as suas infraestruturas, permitindo uma resposta mais eficaz e eficiente a situações de emergência;
51. Por último, o SEPC concluiu que, de acordo com a Lei de Proteção Civil (LPC), é importante promover a desconcentração operacional articulando o comando operacional das Autoridades para a Proteção Civil (APC) para todos os Municípios. Caso a boa coordenação atual seja mantida, a APC continuará a se estruturar através do Poder Local para garantir uma resposta rápida a situações de emergência.

Concluindo, neste âmbito, mais se evidencia que a "Comissão Reguladora de Artes Marciais (CRAM)" não marcou presença em conformidade com o convite oficial enviado pela Comissão B.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Considerando a presente Apreciação Inicial da PPL e, por complemento, as audiências públicas realizadas, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança, a Comissão B, apresenta as **CONCLUSÕES** seguintes:

1. A Comissão B possui a importante responsabilidade de avaliar o primeiro Orçamento Geral do Estado de um mandato governamental de cinco anos, no domínio da Política Externa, Defesa e Segurança Nacional. No desempenho dessa tarefa, a Comissão B firma uma profunda percepção sobre o Estado da Nação, com sentido de Estado e leva em consideração as diversas perspectivas partidárias. Deste modo, essa abordagem imparcial e abrangente é fundamental para garantir que o OGE atenda aos interesses e necessidades de todos os cidadãos, independentemente das suas filiações políticas, em prol da "unidade, acção e progresso" da RDTL;

2. O crime organizado, a ameaça de um vector de trânsito do tráfico de drogas transnacionais, a corrupção e a falta de investimento adequado em setores como educação, saúde e infraestruturas qualificam-se como problemas estruturantes da RDTL. A Comissão B reconhece a importância das medidas preventivas e estratégicas presentes na PPL, de longo-prazo, para evitar um "abismo orçamental" e garantir a sustentabilidade do desenvolvimento da RDTL, sem descurar na consideração contínua de duas ameaças de Segurança Nacional para a RDTL, designadamente:

    i. as alterações climáticas;
    ii. o impacto persistente da falta de estabilidade política, em paralelo, com a notória delinquência com origem nas actividades perpetuadas pelos Grupos de Artes Marciais (GAM);

3. A Comissão B ressalta a importância fundamental de estabelecer sistemas sólidos de responsabilização e controlo, especialmente no setor da justiça e nos órgãos de polícia criminal. É reconhecido que "todos cometem falhas éticas" nas suas atribuições, mas o sector da justiça têm que ser exemplo de ulterior integridade e responsabilidade, logo, garantir que a má conduta seja prontamente e no imediato identificada e tratada é essencial para manter a confiança da sociedade no funcionamento normal das instituições nos próximos anos. A Comissão B considera que o papel da PNTL e o sector da justiça é fundamental nesse processo.

Neste sentido, considerando o supra exposto e, em paralelo, a PPL, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança do Parlamento Nacional, a Comissão B, apresenta as seguintes **RECOMENDAÇÕES**:

1. A aprovação da PPL do OGE 2024 é crucial para consolidar as questões internas de Defesa e Segurança Nacional. Todavia, tal acto deve-se concretizar sob um vector de unidade nacional para a RDTL, pois o futuro de Timor-Leste é certo se depender de decisões racionais e fundamentadas pelos seus líderes e pelo Povo timorense, numa lógica e critério de longo prazo;

2. A Comissão B salienta a importância da centralização e desconcentração das Forças de Segurança, com destaque para o reforço das patrulhas fronteiriças como prioridade máxima (PNTL-UPF e Autoridade Aduaneira). Reconhecendo o papel vital das comunidades na sociedade timorense, a Comissão B destaca a importância dos mecanismos de prevenção de conflitos para garantir a estabilidade a longo prazo. A este respeito, a Comissão B valoriza e enfatiza a enorme relevância da PNTL, tanto nas áreas metropolitanas como nas áreas remotas, relativamente ao seu papel no respeito, capacitação, preservação e estabilidade da RDTL;

3. Para abordar eficazmente a relação entre a segurança pública e o desporto, é essencial rever a "Lei das Artes Marciais e das Armas Brancas" e transformar a autoridade da "Comissão Reguladora das Artes Marciais (CRAM)" no âmbito do Ministério do Interior. Todavia, em paralelo, criar a "Comissão para a Federalização das Artes Marciais (CFAM)" no âmbito do Ministério do Desporto para apoiar os respectivos esforços associativos de cariz desportivo;

4. A Comissão B reconhece que a cooperação e a coordenação efectivas entre a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e outros órgãos de polícia criminal (OPCs) como a PCIC, o CAC, a AA e o SM são cruciais, exigindo a superação de "egos institucionais". Por tal, reconhece a importância do Serviço Nacional de Informações (SNI) na facilitação da coordenação e cooperação entre as forças de segurança, apoiadas pelas Forças de Defesa, para garantir uma abordagem abrangente e unificada na manutenção da segurança e estabilidade em Timor-Leste. Para melhorar a coordenação, ultrapassar os "egos institucionais" e reforçar a cooperação, a Comissão B propõe a criação de um Secretário-Geral para a Segurança Nacional (SG-SN) com o SNI a assumir esta atribuição para promover uma melhor coordenação entre os organismos policiais mencionados;

5. A Comissão B salienta a importância da criação de capacidades para a componente naval e a implementação do serviço militar obrigatório como medidas cruciais para o futuro da nação a curto prazo. Estas acções deverão estar alinhadas com o novo documento estratégico "Força 2020", que fornece um quadro para o desenvolvimento e o reforço das forças militares do país. A instituição do serviço militar obrigatório é uma solução para fazer face aos actuais desafios económicos, como o desemprego e a falta de formação dos jovens, sobretudo nas zonas remotas. Além disso, fomenta um sentido de patriotismo e

permite que os valores e princípios da RDTL sejam transmitidos através das gerações, contribuindo para a preservação cultural. Adicionalmente, o serviço militar obrigatório pode combater a influência de grupos de interesse, em particular os Grupos de Artes Marciais (GAM), e as suas actividades potencialmente prejudiciais na sociedade. A doutrina e a disciplina militares promovem a integração e a coesão sociais e atenuam as actividades ilícitas, beneficiando assim a sociedade em geral;

6. Para aumentar a eficácia e a capacidade de resposta, é crucial descentralizar as forças dos agentes operacionais da Autoridade de Proteção Civil (APC) e estabelecer colaborações mais fortes com as autoridades locais, especialmente os Municípios. Esta abordagem reforça a integração e a coordenação entre as administrações central e local, garantindo assim a segurança e o bem-estar das comunidades. Para apoiar esta missão, é importante consolidar o "Corpo Nacional de Bombeiros" e conceder aos seus operacionais um estatuto especial que defina claramente os seus direitos e responsabilidades;

7. A Comissão B atribui uma elevada prioridade da resposta às necessidades das comunidades na diáspora. Para responder eficazmente a estas necessidades, é fundamental racionalizar o número de Embaixadas e afetar as dotações orçamentais em conformidade. Esta abordagem assegura uma afetação eficiente dos recursos, permitindo a prestação de apoio e de serviços específicos às comunidades na diáspora;

8. No domínio das relações internacionais, a política externa do Governo coloca uma forte ênfase no multilateralismo na actual complexa comunidade internacional. No entanto, a Comissão B reconhece a necessidade da RDTL traçar o seu próprio caminho, o que implica dar prioridade às parcerias estratégicas com a Indonésia e a Austrália como principais "Parceiros de Desenvolvimento" na cooperação internacional. Além disso, os países com "ligações históricas" à RDTL, como a Índia, a Malásia, as Filipinas, a Nova Zelândia e Portugal, necessitam de uma parceria especial baseada numa doutrina de "prosperidade partilhada";

9. Enquanto membro observador da ASEAN, é aconselhável que Timor-Leste melhore e prepare os seus recursos humanos em áreas estratégicas alinhadas com os "Pilares da ASEAN". Isto irá capacitar Timor-Leste para participar ativamente nos fóruns da ASEAN, influenciar a tomada de decisões estratégicas e proteger os seus interesses, beneficiando assim tanto Timor-Leste como a ASEAN enquanto entidade colectiva. Ao investir em capital humano e ao alinhá-lo com as prioridades da ASEAN, Timor-Leste pode contribuir efetivamente para a integração regional e para os esforços de cooperação da ASEAN, na qualidade de Estado de Direito democrático no sudeste asiático;

10. Em sede de Especialidade, recomenda-se a aprovação das seguintes propostas de alteração apresentadas pelos membros da Comissão B, em consideração pelo seu impacto, viabilidade e alinhamento com os objetivos e prioridades estabelecidos nas audiências públicas, em concreto:

    i. A proposta de suspensão da vigência da Lei de Programação Militar em 2024, a fim de suprir as lacunas mencionadas na PPL e garantir uma hermenêutica jurídica adequada na versão final da PPL. É importante a suspensão da LPM ao considerarmos os potenciais impactos e consequências para o setor militar e para o país como um todo, logo, o objetivo passa por salvaguardar o contexto temporal necessário ao Governo para assegurar que a legislação seja clara, coerente e adequada no domínio da Programação Militar, para atender às necessidades estratégicas e de segurança da RDTL;

    ii. A proposta de orçamento adicional para o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) no valor de US$ 756,678 mil dólares, com o objetivo de cumprir os compromissos estabelecidos durante as audiências públicas com a Comissão B, em conformidade com a visão partilhada nas carências e prioridades de segurança da RDTL;

    iii. A proposta de orçamento adicional para a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) no valor de US$ 3,081,260 milhões de dólares para garantir meios e equipamentos adequados para as diferentes unidades da PNTL, em especial pedido da Comissão B, a capacitação do "Policiamento Comunitário" nos 13 municípios e a consolidação da prevenção e resolução de conflitos que, por conseguinte, qualificam-se de extrema importância para a segurança e o bem-estar da comunidade. Além disso, tal montante assegura a capacitação para lidar com as atividades ilegais associadas aos Grupos de Artes Marciais (GAM) com recursos adequados.

7. PARECER DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA

Face a tudo o exposto, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança é, assim, de parecer que a PPL n.º4/VI/(1ª), cumpre, na sua generalidade, os requisitos formais, constitucionais, legais e regimentais e se encontra por isso em condições de ser apreciada em Plenário.

8. APROVAÇÃO DO PARECER SETORIAL

O Parecer Setorial da Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança foi discutido e aprovado no dia 6 de dezembro de 2023, **com nove (9) votos a favor, zero (0) votos contra e dois (2) votos de abstenção.**

Díli, Parlamento Nacional, no dia 6 de dezembro de 2023.

O Presidente da Comissão B,	A Relatora,
Sr.Deputado Domingos Augusto "Deker"	Sra.Deputada Bendita Moniz Magno